



Como Exportar Reino Unido

entre

BrazilTradeNet


Ministério das Relações Exteriores
Departamento de Promoção Comercial
Divisão de Informação Comercial

BRASIL
UM PAÍS DE TODOS
GOVERNO FEDERAL

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	2
MAPA	5
DADOS BÁSICOS	6
I – ASPECTOS GERAIS	7
1. Geografia.....	7
2. População, centros urbanos e nível de vida.....	7
3. Transportes e comunicações	8
4. Organização política e administrativa.....	10
5. Organizações e acordos internacionais.....	10
II - ECONOMIA, MOEDA E FINANÇAS	12
1. Conjuntura econômica.....	12
2. Principais setores de atividade.....	14
3. Política econômica.....	14
4. Moeda e finanças.....	15
5. Balanço de Pagamentos.....	16
6. Reservas internacionais	17
7. Sistema bancário e a City londrina	17
8. Bancos brasileiros no Reino Unido e britânicos no Brasil.....	18
III - COMÉRCIO EXTERIOR GERAL DO PAÍS	19
1. Evolução recente	19
2. Direção (principais parceiros)	20
3. Composição (principais produtos)	24
IV - RELAÇÕES ECONÔMICAS BRASIL - REINO UNIDO	30
1. Intercâmbio comercial bilateral.....	30
2. Investimentos diretos estrangeiros.....	34

V - ACESSO AO MERCADO	36
1. Sistema tarifário.....	36
2. Regulamentação da importação	38
3. Documentação e formalidades.....	40
4. Regimes especiais.....	41
VI – ESTRUTURA DE COMERCIALIZAÇÃO	44
1. Canais de distribuição.....	44
2. Promoção de vendas	45
3. Práticas comerciais	46
VII - RECOMENDAÇÕES ÀS EMPRESAS BRASILEIRAS	49
1. Acesso ao mercado britânico	49
2. Informações sobre tarifas e regulamentação de importação	49
3. Documentação de embarque	50
4. Canais de distribuição.....	50
5. Promoção de vendas	50
6. Serviços de consultoria de marketing.....	50
7. Práticas comerciais	51
8. Designação de agentes.....	51
9. Reclamações, litígios e arbitragem comercial	51
10. Viagens de negócios	51
11. Assistência profissional, no Reino Unido, aos empresários brasileiros.....	51
ANEXOS	53
I - ENDEREÇOS.....	53
II - INFORMAÇÕES PRÁTICAS	67
BIBLIOGRAFIA	70

INTRODUÇÃO

O Reino Unido é uma das principais economias mundiais e importante produtor e exportador de bens manufaturados e de serviços. Trata-se da sexta maior potência comercial, após Alemanha, Estados Unidos, China, Japão e França, com um Produto Interno Bruto (PIB) que atingiu US\$ 2,773 bilhões em 2007, correspondente a 3,3% da produção mundial.

A corrente de comércio do Reino Unido, em 2007, atingiu o valor de US\$ 1,08 bilhão. As exportações britânicas totalizaram US\$ 443,948 milhões, o que representou queda de 0,72% em relação ao valor das exportações anuais de 2006, que alcançaram US\$ 447,163. Enquanto isso, as importações totais britânicas, em 2007, foram da ordem de US\$ 636,055 milhões, o que representou uma elevação de 12,36% sobre o total alcançado em 2006, quando totalizaram US\$ 566,086 milhões. As vendas ao exterior do Reino Unido concentraram-se, majoritariamente, aos países-membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), responsáveis pela absorção de 82% do total das exportações britânicas, 3,24% a menos do que os valores alcançados em 2006, quando os países-membros da OCDE absorveram mais de 83% das exportações totais britânicas. Dentre os países da OCDE, os países da União Europeia (UE) importaram, em 2007, US\$ 253,024 milhões do Reino Unido, o que correspondeu a 57% das exportações britânicas, apresentando queda significativa dos 66% importados em 2006. Entre os países da UE, a Alemanha foi o país que mais importou produtos britânicos, seguida de França, Irlanda, Países Baixos e Bélgica. Os Estados Unidos foram o país que, individualmente, mais importou produtos britânicos em 2007, responsável por quase 15% das exportações totais britânicas, enquanto o Brasil importou US\$ 2,155 milhões, correspondente a apenas 0,49% das exportações britânicas em 2007.

No tocante às importações britânicas, os países da União Europeia forneceram 57,3% dos produtos importados pelo Reino Unido em 2007, totalizando US\$ 330,320 milhões. Assim como

nas exportações, a Alemanha foi o maior fornecedor de produtos ao Reino Unido entre os países da União Europeia, responsável por prover quase 14% das importações totais britânicas, seguida de Países Baixos e França. Já os Estados Unidos exportaram 8,9% do total importado pelo Reino Unido em 2007, enquanto o Brasil exportou 0,72% das compras britânicas em 2007, uma significativa elevação quando comparado aos 0,65% exportados em 2006.

O Reino Unido possui, tradicionalmente, economia aberta que depende, em grande medida, de suprimentos externos de matérias-primas e produtos básicos. Economia baseada, fundamentalmente, no setor de serviços, a economia britânica tornou-se grande importadora de produtos manufaturados, principalmente bens de consumo. A situação insular do país e a sua expansão marítima, em séculos passados, provocaram grande desenvolvimento das atividades comerciais, que tornaram-se vitais para a economia britânica. Paralelamente, criou-se complexo sistema de serviços de apoio ao comércio exterior, tais como companhias de navegação marítima, bancos e instituições financeiras, companhias de seguros, e outros serviços financeiros. O Reino Unido foi pioneiro em muitas destas práticas, o que tornou a praça de Londres centro mundial de serviços marítimos e financeiros.

As exportações e importações de bens e serviços corresponderam, respectivamente, a cerca de 16% e 22% do Produto Interno Bruto (PIB) britânico em 2007. O país é um dos maiores exportadores de equipamento aeroespacial, veículos a motor, material e aparelhos elétricos, maquinaria industrial, produtos químicos e farmacêuticos, e figura entre os principais importadores de produtos agropecuários, matérias-primas, bens semi-elaborados e bens de consumo. Apesar de o setor de energia corresponder a 10% do PIB britânico, e o Reino Unido possuir reservas, em acentuado declínio mas ainda significativas, de petróleo, gás natural e carvão, é relevante notar que o país deixou de ser auto-suficiente na oferta de energia, tornando-se importador líquido.

O Reino Unido é Estado-Membro da União Europeia, fator que condiciona suas relações comerciais com o resto do mundo. Quando a Comunidade Europeia foi criada, em 1957, o Reino

Unido não fez parte dos seis membros fundadores, oriundos da então chamada Comunidade do Carvão e do Aço. Acabou por tornar-se membro, após turbulentas negociações e aprovação por referendo, em janeiro de 1973, juntamente com Dinamarca e Irlanda. Com o desenvolvimento da União Europeia como espaço econômico único, o comércio intra-europeu teve enorme impulso. Assim, a União Europeia foi, gradativamente, tornando-se o principal mercado de destino das exportações britânicas. Os Estados-Membros da UE são, também, os principais fornecedores de produtos importados pelo Reino Unido. Apesar de ativo membro da União Europeia, o Reino Unido optou, por uma série de razões particulares à dinâmica econômica e política britânicas, por não aderir à moeda comum europeia – euro – quando esta passou a vigorar em janeiro de 1999.

A economia britânica apresentou forte dinamismo nos últimos quinze anos. Após período econômico recessivo no início dos anos 1990, o Reino Unido teve desempenho econômico vigoroso entre 1993 e 2007, na verdade quinze anos consecutivos de crescimento econômico, incluindo, até mesmo, períodos de expressivo crescimento para uma economia madura. Com efeito, nos últimos anos, até a recente crise financeira internacional, que começou a desenhar-se em meados de 2007 nos Estados Unidos e agudizou-se em escala planetária a partir de meados de 2008, o desempenho da economia britânica foi ligeiramente superior à média dos outros países da União Europeia.

O crescimento econômico britânico expressivo de uma década e meia foi devido a um conjunto de fatores. Poderíamos salientar, entre eles, três fatores condicionantes: em primeiro lugar, uma política monetária rígida, consubstanciada na independência do Banco da Inglaterra a partir de 1997, que manteve o controle da inflação como prioridade absoluta; em segundo lugar, uma política fiscal prudente que resultou, até recentemente, em níveis toleráveis de endividamento público; em terceiro lugar, um alto endividamento das famílias e empresas, particularmente as financeiras, que permitiu que o país atravessasse anos de expressiva expansão no consumo doméstico, que acabou por desembocar em uma bolha especulativa imobiliária e endividamento excessivo das famílias. Durante este período, ocorreram flutuações

significativas no valor da moeda britânica – a libra esterlina – , com períodos de depreciação aguda do câmbio, que estimularam as exportações, seguidos por períodos de forte apreciação da libra esterlina, que contribuíram para a baixa inflação.

A partir de meados de 2008, a continuidade de consumo extremamente aquecido, a alta nos preços internacionais das commodities, particularmente o petróleo, e a depreciação acentuada da libra esterlina levaram ao recrudescimento da inflação, medida pelo *consumer price index* (CPI), que elevou-se para taxas de 5,2% em setembro, 4,5% em outubro e 4,1% em novembro de 2008, no acumulado dos últimos doze meses, após o CPI ter atingido a marca de 2,3% em 2007. A taxa de setembro de 2008, a mais alta da última década, superior à média europeia no mesmo período, alarmou as autoridades monetárias e trouxe receio do recrudescimento de tendências inflacionárias. Quanto ao desemprego, que historicamente foi fator de grande inquietação no país, este manteve-se em nível baixo no período de forte crescimento econômico, pouco superior a 5% da população economicamente ativa, mas voltou a crescer acentuadamente a partir de setembro de 2008, atingindo a marca de mais de quase 2 milhões de desempregados em novembro-dezembro de 2008.

O desempenho da economia britânica no período de forte expansão econômica apresentou certas características, entre elas o continuado dinamismo do setor de serviços, em particular os serviços financeiros, e a construção civil, em contraste com relativa estagnação das atividades agrícolas e manufatureiras. Outro aspecto a salientar quando analisa-se a economia britânica é a relativamente alta disparidade de renda, ao comparar-se com a maioria dos países da Europa continental. Com efeito, os dados econômicos, *per se*, acabam por não refletir certas características específicas que afetam a qualidade de vida da população britânica, tais como: salários inferiores aos praticados nas demais nações líderes da Europa, normas trabalhistas mais flexíveis e menos conducentes a níveis mais altos de estabilidade no emprego (embora esta flexibilidade tenha atraído grande volume de investimentos, sobretudo dos EUA e Japão, gerando milhares de empregos) e baixa qualificação da mão-de-obra na base da pirâmide social.

Até a eclosão da crise financeira internacional em setembro de 2008, o segmento de serviços financeiros era, juntamente com o imobiliário, o setor mais dinâmico da economia britânica. Nas duas últimas décadas, principalmente a partir da desregulamentação do setor financeiro em 1986 (que ficou conhecido como *big bang*) teve lugar um 'boom' da *City of London*, como é conhecido, nos meios financeiros, o centro financeiro londrino, que reúne as principais instituições bancárias, financeiras, de seguros e de fundos de investimento e pensão da Europa, destacando-se como maior centro financeiro europeu e mais importante centro mundial de transações financeiras internacionais. A *City* atrai, ainda, número muito expressivo de filiais de bancos estrangeiros, que optaram por basear suas operações internacionais na praça de Londres.

A política de importação do Reino Unido é, basicamente, liberal. Excetuados os casos de restrições de importação previstos pelas regulamentações da União Europeia, a maior parte das importações realiza-se sem entraves. Por esse motivo, muitas empresas estrangeiras utilizam o Reino Unido como plataforma para operações de processamento, montagem local e posterior distribuição de produtos pelos países-membros da União Europeia.

O Reino Unido ocupou, em 2007, o quarto lugar, entre os países da União Europeia, como fornecedor de produtos ao Brasil, após Alemanha, França e Itália. No tocante às exportações brasileiras, o mercado britânico foi, em 2007, o sétimo local de destino dos produtos brasileiros entre os países da UE, seguindo-se aos Países Baixos, Alemanha, Itália, Bélgica, Espanha e França. O Reino Unido, em 2007, exportou o equivalente a 1,62% das importações totais do Brasil e importou o equivalente a 2,05% das exportações totais brasileiras. O comércio bilateral Reino Unido - Brasil cresceu 27% em 2007, quando comparado ao ano anterior, e o Brasil obteve saldo comercial da ordem de US\$ 1,3 bilhões, ligeiramente inferior ao saldo obtido em 2006.

No tocante a investimentos diretos estrangeiros (IDE), o Reino Unido foi, em 2006, o quarto maior investidor mundial. O fluxo total de IDE britânico atingiu, naquele ano, em torno de US\$ 100 bilhões, enquanto o estoque de investimentos britânicos no estrangeiro chegou a quase US\$ 1 trilhão. No Brasil, o estoque de investimentos britânicos atingiu, em 2006, a marca de US\$ 3,457 milhões. Nesse mesmo ano, o Reino Unido investiu US\$ 395,18 milhões no Brasil, do total de US\$ 22,231 milhões que o País atraiu, o que correspondeu a 1,7% do total de IDE recebido pelo Brasil.

Nos últimos anos, aumentou consideravelmente o investimento estrangeiro direto do Brasil no Reino Unido. Por ser economia aberta, mercado de alto poder aquisitivo e ter grande propensão a importar, além de centro financeiro mundial, o Reino Unido representa um mercado extremamente promissor, que dispõe de um complexo sistema de serviços de apoio ao comércio exterior. Sua posição de liderança, aliada ao peso da economia britânica, tornam seu mercado ainda mais atraente como ponte para os parceiros de toda União Europeia.

MAPA





DADOS BÁSICOS

Superfície: 244.820 km²

População: 60.944 milhões de habitantes (julho de 2008)

Crescimento populacional: 0,276% (2008)

Densidade demográfica: 250 hab/km² (2008)

Expectativa de vida: 78,85 anos (2008)

População economicamente ativa: 30.870 milhões (2008)

Principais cidades: Londres (capital), Birmingham, Manchester, Glasgow, Sheffield, Liverpool, Edimburgo (capital da Escócia), Cardiff (capital do País de Gales), Belfast (capital da Irlanda do Norte)

Moeda: Libra esterlina (£)

Cotação: £ 1,00 = US\$ 1,52 (novembro de 2008)

1,00 = US\$ 2,00 (dezembro de 2007)

1,00 = US\$ 1,84 (dezembro de 2006)

1,00 = US\$ 1,82 (dezembro de 2005)

PIB (a preços de mercado): US\$ 2.773 bilhões

Origem do PIB (2007):	Agropecuária	0,9%
	Indústria	23,4%
	Serviços	75,7,0%

Crescimento real do PIB: 2007 = 3,0%
2006 = 2,8%

PIB "per capita": US\$ 35.000 (2007)

Crescimento 4,5% em 2007

Comércio exterior (2007):

Exportações: US\$ 443.948 milhões

Importações: US\$ 636.055 milhões

Intercâmbio comercial bilateral (2008):

Exportações brasileiras (FOB): US\$ 3.792 milhões

Importações brasileiras (FOB): US\$ 2.551 milhões

I – ASPECTOS GERAIS

1. Geografia

Localização e superfície

O Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte é constituído pelas chamadas ilhas britânicas, localizadas na costa noroeste da Europa. A principal dessas ilhas, a Grã-Bretanha, compreende Inglaterra, Escócia e o País de Gales. Integram, ainda, o Reino Unido a parte setentrional da Irlanda, conhecida como Ulster, e algumas ilhas menores, tais como: Wight, Scilly, Channel Islands, Shetland e Orkney.

A Grã-Bretanha está separada do continente europeu pelo Canal da Mancha, ao sul, e pelo Mar do Norte, a leste. A superfície total do Reino Unido é de 244.820 km² (equivalente ao Estado de São Paulo), assim distribuídos: Grã-Bretanha – 229.979 km² (sendo Inglaterra com 130.439 km², Escócia com 78.772 km² e País de Gales com 20.768 km²), e Irlanda do Norte (Ulster) – 14.121 km².

Principais cidades

As distâncias na Grã-Bretanha são relativamente reduzidas, dado que de norte a sul e de leste a oeste correspondem, respectivamente, a 1.000 km e 600 km. As distâncias entre Londres e algumas cidades do Reino Unido e da Europa Ocidental são:

Birmingham	161 km
Glasgow	562 km
Liverpool	287 km
Manchester	264 km
Belfast	543 km
Cardiff	246 km
Paris	337km
Bruxelas	340 km

Antuérpia	335 km
Rotterdam	337 km
Hamburgo	746 km

Regiões geográficas e clima

A Grã-Bretanha divide-se em duas regiões geográficas principais: uma de planícies e baixadas ("Lowlands") e outra de montanhas pouco elevadas e planaltos ("Highlands"). A primeira abrange basicamente o sul e o sudoeste da ilha, correspondendo à maior parte da Inglaterra. Nessa região encontram-se planícies e pequenas elevações, com altitude máxima de 305 metros. A região de "Highlands" compreende toda a Escócia, a chamada Região dos Lagos, uma cadeia central conhecida como Peninos, o País de Gales e os distritos ingleses da Cornualha e de Devon. Caracteriza-se por elevações superiores a 300 metros e atinge altitude máxima de 1.342 metros.

Devido à sua localização em altitudes médias e ao seu caráter insular, o Reino Unido possui clima temperado, com regime de chuvas distribuídas por todo o ano, sendo pouco comuns os extremos de temperatura. A média anual varia de 7°C a 12°C, podendo atingir temperaturas mínimas de -12°C (dezembro e janeiro) e máximas de 30°C (julho e agosto).

2. População, centros urbanos e nível de vida

A população do Reino Unido passou da faixa de 60 milhões em 2007, com a seguinte distribuição:

Região	População (mil hab.)
Inglaterra	50.763 (83.8%)
País de Gales	2.966 (4.9%)
Escócia	5.117 (8.4%)
Irlanda do Norte	1.742 (2.9%)

A densidade demográfica média, em 2007, era da ordem de 250 hab./km².

A população economicamente ativa, em 2007, atingiu a marca de 30.890 milhões.

O percentual de distribuição é o seguinte:

- Serviços	76,0%
- Indústria	17,7%
- Construção civil	3,8%
- Agricultura, extração e pesca	1,5%
- Mineração, energia e água	1,0%

Regiões, principais cidades do Reino Unido e população (2007)

Região	População (em milhões)
North	3.052
Yorkshire and Humberside	5.142
East Midlands	4.364
East Anglia	2.287
South East	19.069
South West	5.124
West Midlands	5.367
North West	6.357

Principais cidades	População (em milhares)
Greater London	7.512
Birmingham	1.007
Leeds	750
Glasgow	581
Sheffield	526
Manchester	452
Edinburgh	464
Liverpool	436
Belfast	267

População estudantil

O número de estudantes no Reino Unido atingiu quase dez milhões, em 2007, entre os quais perto de 7 milhões continuam a estudar depois dos 16 anos de idade completos. A grande maioria dos estudantes frequenta escolas públicas, onde o ensino é gratuito. Acima de 35% da população britânica, na faixa entre 18 e 30 anos, frequenta instituições de ensino superior.

Curso	Estabelecimentos (mil)	Estudantes (mil)
Jardim da Infância	3.326	29.4
Primário	21.968	4.779
Secundário	4.176	3.941
Escolas especiais	1.391	99.4
Universidades	124	1.044

3. Transportes e comunicações

Rede rodoviária

A maior parte do tráfego de passageiros e carga no Reino Unido é feito por rodovia. O total de rodovias no país é de 388.000 km (2007). Segundo a edição de 2008 do *Annual Abstract of Statistics*, em 2006 havia no país 26,5 milhões de automóveis, 1,1 milhão de motocicletas e outros veículos assemelhados, 107 mil veículos de transportes públicos, e 3,6 milhões de caminhões, caminhonetes e vans.

O sistema rodoviário britânico vem sendo continuamente aperfeiçoado, visando a conectar as maiores concentrações populacionais, áreas industriais e portos, como também atender ao incessante aumento no tráfego de veículos. Altas taxas sobre combustíveis e veículos contribuem para o investimento público nas rodovias, uma vez que não se cobram pedágios para a utilização das rodovias britânicas. Nos últimos anos, a taxaço sobre veículos tem procurado punir, com taxas mais altas, os veículos mais poluentes, estimulando o consumidor a adquirir veículos menos poluentes, sobre os quais incidem taxas de renovação de licença menos elevadas.



Rede ferroviária

A *British Rail*, empresa pública responsável pela operação de ferrovias no Reino Unido, incluindo os serviços de passageiros, cargas e encomendas, foi privatizada em 1993. Assim, inúmeros operadores privados passaram a competir no uso dos 14.353 km de rede ferroviária aberta ao tráfego de passageiros, que inclui 2.520 estações ferroviárias. A rede ferroviária é de significativa importância no transporte de mercadorias, dos portos marítimos aos principais centros urbanos, que movimentaram 22.1 toneladas/quilômetro em 2006/07.

Em maio de 1994, foi inaugurado o túnel sob o Canal da Mancha, que liga o Reino Unido à França e à Bélgica, permitindo a realização de viagens entre Londres e Paris ou Londres e Bruxelas em 2 horas e 15 minutos e 2 horas, respectivamente. Outros serviços diretos para o continente europeu estão programados para os próximos anos.

Transportes marítimos

O Reino Unido é uma potência comercial marítima. Possuía, em 2007, frota mercante de 474 navios, com capacidade de mil ou mais toneladas brutas, com tonelage total perfazendo 12,5 milhões.

A maior parte do comércio britânico com o exterior é realizado por mar. Em 2007, o comércio britânico com o exterior por esta via atingiu 95% do total comercializado quanto ao peso e 77% quanto ao valor. As principais mercadorias transportadas por mar são petróleo, manufaturas e gêneros alimentícios.

Em 2007, os portos britânicos movimentaram 584 milhões de toneladas de carga, somados o comércio internacional e a movimentação doméstica de cargas. Os portos britânicos dispõem, em geral, de amplas facilidades para carga frigorífica e excelente infra-estrutura no tocante a armazéns e entrepostos aduaneiros, bem como estrutura de transportes.

Os principais portos do Reino Unido são os seguintes: Dover, Felixtowe, Immingham, Liverpool, London, Southampton e Teesport na Inglaterra, Forth Ports e Hound Points na Escócia e Milford Haven no País de Gales.

O Reino Unido é membro da Organização Marítima Internacional (IMO - *International Maritime Organization*), órgão das Nações Unidas, cuja sede está localizada em Londres. A Organização promove acordos internacionais sobre, entre outros temas, segurança no mar e prevenção de poluição por navios.

Transportes aéreos

Existem 449 aeródromos licenciados no Reino Unido, operados pela iniciativa privada, autoridades locais ou outros operadores. A maior operadora de aeroportos do Reino Unido é a *BAA plc*, empresa de capital espanhol (Grupo Ferrovial). Opera sete aeroportos do país: Heathrow, Gatwick, Stanstead, London City Airport (estes em Londres), Southampton, Glasgow, Edinburgh e Aberdeen, que juntos movimentam cerca de 70% do tráfego de passageiros e 85% do de carga do país. Julgada como excessiva concentração, a BAA foi forçada, pelo poder público, a desfazer-se do aeroporto internacional de Gatwick, o segundo maior do país. O aeroporto internacional de Heathrow é o mais importante e bem equipado do Reino Unido, inclusive para carga, dispendo de todas as facilidades para manuseio e armazenagem. Em 2008, foi inaugurado o Terminal 5 do aeroporto de Heathrow. Em 2007, os aeroportos britânicos movimentaram, em conjunto, mais de 189 milhões de passageiros, e cerca de 2,3 milhões de toneladas de frete.

Devido aos problemas econômico-financeiros recentes e aos atentados terroristas que atingiram aeroportos e aeronaves britânicas nos últimos anos, o setor aéreo passou por situação econômica difícil que levou a intenso processo de consolidação, e enxugamento do número de empresas aéreas. As principais empresas aéreas britânicas são, atualmente, British Airways, que possui uma das maiores redes aéreas do mundo, BMI, recentemente adquirida pela empresa germânica Lufthansa, Virgin

Atlantic, Easyjet, Britannia Airways e Air UK.

British Airways e TAM possuem vôos diários ligando o Brasil ao Reino Unido. Ambas operam suas rotas a partir do aeroporto internacional de Heathrow.

Comunicações

O Reino Unido foi um dos primeiros países europeus a liberalizar e privatizar o sistema de comunicações, tornando-o em um dos mais modernos e eficientes do mundo. O país é inteiramente coberto por linhas telefônicas convencionais e serviços de telefonia celular, assim como por rede de comunicação eletrônica de banda larga. Possui 24,5 milhões de licenças de aparelhos de televisão, obrigatória para todos aqueles que residem e adquirem um aparelho de televisão no Reino Unido.

Apesar de estar passando por séria crise financeira que levou ao fechamento de muitas agências em pequenas localidades, o correio britânico é igualmente eficiente e oferece aos usuários diversos serviços especiais. Em 2007, movimentou mais de 25 milhões de cartas e quase 20 milhões de ordens postais. A correspondência aérea demora, em média, seis dias entre Brasil e Reino Unido, e cerca de um a dois dias de Londres para qualquer cidade britânica, dependendo da modalidade do envio.

4. Organização política e administrativa

Organização administrativa

O sistema básico de organização pública, em nível regional, excluindo a área da Grande Londres, divide o País em 53 grandes unidades administrativas regionais, dentro das quais existem 369 pequenas unidades administrativas municipais. A chamada Grande Londres tem administração um pouco diferente, embora calcada nos mesmos princípios, quer dizer, é dividida em 32 circunscrições (*boroughs*) e a *City* de Londres. Desde o ano 2000, Londres passou a contar com prefeito e assembléia de re-

presentantes eleitos por voto direto. O primeiro prefeito eleito da capital britânica, que cumpriu dois mandatos consecutivos (de 2000 a 2008) foi o político trabalhista Ken Livingstone, sucedido, em maio de 2008, pelo político do partido conservador Boris Johnson.

Organização política

O Reino Unido é um Estado monárquico unitário e adota o regime parlamentar de governo. O poder executivo central é exercido pelo Gabinete, em nome da Coroa, cabendo o poder legislativo às duas casas do Parlamento: a Câmara dos Lordes (618 membros, dos quais 500 são *life peers*, 92 hereditários e 26 provenientes dos meios eclesiásticos), cujas cadeiras são ocupadas por membros selecionados pelo Governo, através de comissão, e a Câmara dos Comuns (646 cadeiras), cujos membros são eleitos diretamente por sufrágio universal, pelo sistema eleitoral conhecido como *first past the post*. O Primeiro Ministro é o líder do partido majoritário na Câmara dos Comuns.

5. Organizações e acordos internacionais

O Reino Unido é membro de todas as organizações internacionais mais relevantes, entre as quais incluem-se as Nações Unidas, o "Commonwealth" (uma associação de 53 países independentes, que surgiu do desmantelamento do Império Britânico, a partir de 1945), a OTAN e os seguintes organismos e instituições econômicas ou financeiras internacionais:

UE – União Europeia

OCDE – Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico

OMC – Organização Mundial do Comércio

FMI – Fundo Monetário Internacional



BIRD – Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento

CFI – Cooperação Financeira Internacional

AID – Associação Internacional de Desenvolvimento

FAO – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura

UNIDO – Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial

UNCTAD – Conferência das Nações Unidas para o Comércio e Desenvolvimento

Vários organismos voltados à promoção do comércio internacional de produtos básicos têm suas sedes em Londres, entre os quais destacar-se-iam a Organização Internacional do Café (ICO), a Organização Internacional do Cacau (ICCO), a Organização Internacional do Açúcar (ISO) e o Conselho Internacional do Trigo (IGC).

II - ECONOMIA, MOEDA E FINANÇAS

1. Conjuntura econômica

Apesar do enorme peso do setor de serviços no conjunto da economia britânica, o Reino Unido possui economia diversificada e complexa. Trata-se de líder mundial em importantes setores estratégicos como, entre outros, químico, farmacêutico, aeronáutico e energético. É um dos líderes mundiais em investimentos em ciência, tecnologia e inovação, possuindo universidades e centros de pesquisa de excelência, que constam em todas as listas compiladas sobre as melhores instituições internacionais de ensino e pesquisa. Ademais, possuindo economia tradicionalmente aberta ao comércio internacional, trata-se de importante exportador de bens manufaturados e serviços e, apesar da pequena dimensão populacional do país, grande mercado importador mundial.

Medido pelos índices tradicionais de Produto Interno Bruto, a economia britânica é a quinta em termos mundiais¹, de acordo com os dados da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Economia historicamente aberta ao comércio internacional, a corrente comercial britânica, que ultrapassou a marca de US\$ 1 trilhão em 2007, representa parcela significativa do PIB britânico, cerca de 45% no mesmo ano. O crescimento anual médio do comércio exterior britânico nos últimos anos foi, na média, da ordem de 3%, enquanto, em 2007, houve apenas ligeira elevação de 0,7%, alinhado com o menor crescimento do comércio internacional em 2007.

Dotado de reservas ainda significativas de carvão mineral, responsável por um terço da produção de eletricidade do país, o Reino Unido tornou-se totalmente auto-suficiente em oferta de energia a partir de 1981, quando começou a produzir em quantidades significativas petróleo e gás nos depósitos localizados no Mar do Norte (descobertos nos anos 1960), com substancial benefício para seu balanço de pagamentos. No entan-

to, após quase trinta anos de extração intensiva das reservas, a partir de 2008, o Reino Unido passou a ser importador líquido de energia, uma vez que os recursos petrolíferos e de gás natural do Mar do Norte estão em vias de esgotar-se. Este fato representa mudança qualitativa significativa no balanço de pagamentos do país, bem como levanta questões relevantes a respeito da segurança energética do país para as próximas gerações.

Produto Interno Bruto

Após quinze anos consecutivos de crescimento econômico, incluindo período de crescimento acelerado para uma economia madura, o Reino Unido entrou em recessão a partir de meados de 2008. O crescimento econômico britânico atingiu 0% no segundo trimestre de 2008 e, no terceiro trimestre do mesmo ano, apresentou crescimento negativo da ordem de 0,5%, significando que, pela primeira vez desde 1991, o ano de 2008 apresentou crescimento próximo de zero ou mesmo negativo do PIB. O Reino Unido passou, em outubro de 2008, a estar oficialmente em recessão, com virtual paralisação do sistema de crédito, taxas crescentes de desemprego, estagnação de investimentos e consumo, preço das propriedades em queda livre e paralisação econômica generalizada.

Produto Interno Bruto, a preços de mercado, 2002-2007

	2002	2003	2004	2005	2006	2007
PIB (US\$ bilhões)	1.574	1.815	2.155	2.229	2.358	2.773
Crescimento real (%)	2,1	2,7	2,3	1,9	2,8	3

Fonte: FMI

As estimativas da taxa de crescimento para 2008 e 2009 (crescimento negativo) revelam a seriedade das crises financeira e econômica britânica. Apesar da injeção maciça de recursos pelo Tesouro britânico e da nacionalização de algumas instituições financeiras, que se encontravam à beira da falência, o endividamento de famílias e empresas é muito alto e a queda do preço

médio das propriedades, da ordem de 14,6% entre janeiro e outubro de 2008, prenunciam período relativamente prolongado de baixa atividade econômica, até a plena recuperação econômico-financeira, prevista para fins de 2009, ou, até mesmo, apenas em 2010. Investimentos foram adiados por empresas e famílias, e apenas o gasto público permanece como motor da economia no último trimestre de 2008, o que acabará por refletir-se no nível da dívida pública britânica nos anos subsequentes.

Taxa de inflação

Após persistentes problemas de alta inflação durante a década de 1970, e certos períodos de altas taxas inflacionárias nos anos 1980 e 1990, nos últimos anos, o Reino Unido implementou uma política muito bem sucedida de combate à inflação, baseada no sistema de metas de inflação e na independência do Banco da Inglaterra. O Governo britânico estabeleceu por meta inflacionária o índice anual de variação do CPI de 2%, que poderá variar dois pontos percentuais acima ou abaixo da meta. As autoridades monetárias vêm trabalhando com o propósito de manter a variação anual do índice de preços ao consumidor em níveis próximos à meta, o que foi conseguido até o ano de 2008, quando altos índices de inflação refletiram a elevação acentuada dos preços internacionais de combustíveis e alimentos e a desvalorização da libra esterlina.

Com efeito, entre 2002 e 2007, as metas anuais de inflação outorgadas pelo Tesouro ao Banco da Inglaterra foram cumpridas sem dificuldades. No entanto, a variação anual atingiu 5,2% em setembro de 2008, bem acima, portanto, da meta das autoridades monetárias. Em período normal, isto teria levado o Banco da Inglaterra a elevar substancialmente a taxa de juros de curto prazo, porém, devido ao crescimento econômico negativo, acabou levando o Comitê de Política Monetária do Banco a decidir por cortes substantivos na taxa de juros de curto prazo, com vistas a estimular o consumo e as atividades econômicas. Entre outubro e dezembro de 2008, o Comitê de Política Monetária do Banco da Inglaterra cortou a taxa de juros de curto prazo por três vezes, em, respectivamente 0,5, 1,5 e 1%, reduzindo a taxa a 2% ao ano, a menor taxa praticada pelo Banco desde 1951.

Taxa de inflação, 2002-2007

	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Inflação anual média(%)	1,3	1,4	1,3	2	2,3	2,4

Fonte: FMI

Nível de desemprego

Desde a recuperação do pós-guerra, o Reino Unido manteve taxas elevadas de desemprego, que atingiu níveis altíssimos durante as recessões dos anos setenta, oitenta e noventa. Durante as recessões do início dos anos oitenta e do início dos anos noventa, por exemplo, as taxas atingiram picos elevadíssimos de cerca de 3 milhões de desempregados (início de 1993), correspondendo, na época, a quase 15% da população economicamente ativa. Com a retomada de ciclo longo de crescimento econômico, o desemprego foi cedendo, caindo para pouco mais de 1 milhão de desempregados nos últimos anos, o que passou a representar pouco mais de 5% da população economicamente ativa. No entanto, os dados recentes de desaceleração econômica desde o terceiro trimestre de 2008 apontam para rápido crescimento do desemprego, que atingiu 1,8 milhão de desempregados em outubro de 2008. Prevê-se que, em 2009, o número de desempregados poderia chegar a atingir 3 milhões – cerca de 10% da população economicamente ativa – retomando, assim, os altos índices de desemprego que caracterizaram as recessões anteriores.

Taxa de desemprego, 2002 a 2007

	2002	2003	2004	2005	2006	2007
Taxa de desemprego anual (%)	5,2	4,9	4,7	4,8	5,3	5,3

Fonte: FMI

Conta corrente

A conta corrente do balanço de pagamentos registrou, nos últimos anos, déficits crescentes, uma vez que a balança comercial britânica tem sido, tradicionalmente, deficitária. Apesar dos saldos positivos no segmento de serviços, a conta corrente apresenta dados negativos, tendência que, muito provavelmente, persistirá nos anos vindouros.

Conta corrente/PIB - 2002 a 2007

Conta corrente	2002	2003	2004	2005	2006	2007
PIB (%)	-1,6	-1,3	-1,6	-2,2	-3,4	-3,8

Fonte: H. M. Treasury

2. Principais setores de atividade

A economia britânica passou a ser economia essencialmente produtora de serviços, perdendo muito de sua tradicional base manufatureira, enquanto a atividade agrícola, embora extremamente eficiente, seja reduzida e concentrada em pequeno número de grandes produtores. O segmento de serviços financeiros é o mais dinâmico do Reino Unido, responsável por parcela significativa do PIB. A expansão extraordinária dos serviços financeiros consolidou a *City* londrina como o maior centro financeiro da Europa e mais importante centro mundial de transações financeiras internacionais, impulsionando, também, o setor imobiliário, comercial e residencial, na capital britânica, tanto em sua região central quanto em novas ou emergentes áreas, como as antigas *docklands*, onde teve lugar grande expansão imobiliária para acomodar a verdadeira explosão de empresas financeiras sediadas na capital britânica.

Origens do PIB por setor, a custo de fatores (2007)

Setor	Participação (%)
Agricultura	1,8
Indústria	21,3
Construção	5,2
Transporte e comunicações	8,4
Distribuição e fornecimento	14,5
Serviços financeiros e negócios	18,1
Educação, saúde e serviço social	12,7
Outros	18,0

Fonte: Office of National Statistics

3. Política econômica

As principais características de política econômica que marcaram o Governo britânico nos últimos anos dizem respeito aos seguintes temas:

(a) Política monetária marcada pela independência do Banco da Inglaterra e do Comitê de Política Monetária (MPC) na gestão operacional da taxa de juros de curto prazo. Um dos primeiros atos do então recém-eleito governo trabalhista foi, em maio de 1997, despolitizar a política monetária, atribuindo responsabilidade de fixação da taxa de juros de curto prazo a um comitê técnico no âmbito do Banco da Inglaterra. Adotou-se política de metas da inflação e caberia ao Banco da Inglaterra zelar para que as metas, originadas no Tesouro, fossem cumpridas.

(b) Políticas de emprego com vistas a redução das altas taxas de desemprego, mediante a criação de novos postos de trabalho, de modo a atenuar o desemprego estrutural, fenômeno que permeou a evolução econômica britânica nas últimas décadas. Flexibilização dos mercados de trabalho, abolição de restrições às atividades comerciais e a minimização da exclusão social através de políticas sociais e fiscais, enfocadas nas camadas de

baixa renda, foram os principais instrumentos para atingir este fim.

(c) Manutenção da moeda nacional, a libra esterlina, e a não adoção do euro, a moeda comum europeia. Na época, travou-se acentuado debate nacional sobre a potencial adesão britânica à moeda comum europeia. Quando da implementação do euro, em janeiro de 1999, o Tesouro fixou cinco critérios para que a economia britânica se ajustasse à zona do euro, que deveriam ser gradativamente alcançados, permitindo, assim, a adoção da moeda comum. No entanto, a idéia de adesão à moeda comum europeia foi sendo, aos poucos, abandonada e, hoje, parece que deixou de ser parte do debate público britânico. O euro conta com poucos defensores entre políticos, economistas e opinião pública, em geral, no Reino Unido, muito embora a desvalorização acentuada da libra esterlina durante 2008 e a aguda crise financeira reavivaram certo interesse entre os especialistas sobre possível adoção britânica, em médio prazo, do euro.

4. Moeda e finanças

Comitê de Política Monetária e taxa de juros

O Comitê de Política Monetária, integrado por quatro membros do Banco da Inglaterra e quatro especialistas autônomos, tem a responsabilidade de determinar, de modo independente, em bases mensais, a taxa de juros de curto prazo, em linha com a meta inflacionária, estabelecida pelo Governo, de 2% ao ano, com variação percentual de 2% acima ou abaixo da meta.

Desde a criação do Comitê, as taxas de juro variaram de acordo com a conjuntura econômica, mas alcançaram, nos últimos anos, patamares bastante reduzidos quando comparados à evolução histórica das últimas décadas. A variação na taxa de juro de curto prazo tem impacto imediato no consumo das famílias, uma vez que o Reino Unido é um dos países do mundo com mais elevada taxa de aquisição de imóveis pelas famílias. Como parte significativa dos imóveis são financiados, pelos bancos ou

sociedades hipotecárias, a taxas de juros variáveis, queda ou elevação da taxa de juros de curto prazo incide diretamente sobre a disponibilidade de renda das famílias. Assim, a taxa de juros é instrumento poderosíssimo para regular o consumo e a atividade econômica em geral. Devido à dinâmica da economia britânica, nos últimos anos, apesar de relativamente baixa historicamente, o Reino Unido manteve taxas de juros de curto prazo superior àquelas praticadas nos Estados Unidos, zona do euro e Japão. No entanto, agressiva política de redução da taxa de curto prazo foi implementada para lidar com a severa recessão que se delineou a partir de meados de 2008, dois cortes agressivos foram levados a cabo em outubro e novembro de 2008, diminuindo a taxa de juros de curto prazo a 3%, nível mais baixo das últimas décadas. Especula-se que os juros poderiam chegar, em 2009, a zero ou próximo de zero.

Taxa de câmbio

A libra esterlina apresentou, nos últimos anos, variações expressivas nos mercados internacionais de câmbio, reflexo da situação econômica geral do país, do desequilíbrio do balanço de pagamentos e do sentimento dos mercados em relação às condições econômicas de curto e médio prazo. Após permanecer relativamente estável, a libra bateu recorde de 26 anos de valorização em relação ao dólar em 2007, quando encerrou o ano valendo mais de 2 dólares. No entanto, a libra começou a enfraquecer-se em relação ao dólar, e outras moedas, no decorrer do ano de 2008. Nos meses de agosto, setembro e outubro daquele ano, refletindo dados negativos de crescimento econômico e pessimismo diante da recessão causada pela crise financeira internacional, a libra esterlina despencou em quase 30%, da máxima alcançada em 2007, em relação ao dólar, chegando a ser cotado a 1,50 dólares em novembro de 2008. Desvalorizou-se, ainda, significativamente em relação ao euro e ao iene. Em relação ao euro, a libra iniciou 2008 cotada a 1,44 euros, chegando em novembro a 1,22 euros.



Taxas de câmbio da libra esterlina, 2005-2008 (dados de dezembro)

Dólar - EUA	2005	2006	2007	2008
dezembro	1.8189	1.8430	2.0022	1.4923

Fonte: Bank of England

Euro	2005	2006	2007	2008
dezembro	1.4552	1.4841	1.3619	1.1159

Fonte: Bank of England

Finanças públicas

Em 1997, com a ascensão do governo trabalhista, o então Chanceler do Erário, Gordon Brown, estabeleceu como meta de sua gestão o manejo prudente das finanças públicas, com vistas a gerar credibilidade com relação à política econômica trabalhista, após quase vinte anos de oposição. A política de gastos do Governo, que ficou conhecida como 'golden rule', continha duas regras principais: a primeira estabelecia que o Governo iria endividar-se apenas para investir ao longo do ciclo econômico, quer dizer, o balanço das contas públicas deveria necessariamente estar, excluindo investimentos líquidos, ou em equilíbrio ou com saldo positivo. Em segundo lugar, a dívida pública deveria ser mantida em nível sustentável, subsequentemente definido pelo Tesouro britânico como abaixo de 40% do PIB.

Após período efetivo de controle dos gastos públicos e respeito às regras do 'golden rule', o Governo começou a gastar mais do que o prometido a partir do exercício de 2002-2003, gerando desequilíbrio nas finanças públicas. O déficit anual das contas públicas, desde o exercício de 2003, atingiu algo em torno de 3% do PIB. Com efeito, o Tesouro, polemicamente, decidiu alterar a definição do que constituiria ciclo econômico, permitindo ao Governo incorrer em sucessivos déficits. Desde então, o gasto público cresceu a cada ano e apenas manobras contábeis

da parte do Tesouro, como por exemplo a não inclusão de despesas nos projetos de parceria público-privada como gasto público, permitiu manter as finanças públicas nominalmente sob controle, respeitando assim, ao menos formalmente, os compromissos assumidos pela "golden rule".

Mais recentemente, em resposta à rápida desaceleração econômica, iniciada no segundo trimestre de 2008, o Chanceler do Erário, Alistair Darling, anunciou, em outubro do mesmo ano, a suspensão temporária da 'golden rule', argumentando que, em tempos de recessão, o Governo buscaria novas formas de aumentar os gastos públicos através de estímulo fiscal temporário, no intuito de aliviar a virtual paralisia das atividades econômicas, escassez de crédito e alto endividamento de empresas e famílias. Isto significou imediata elevação do gasto público e, consequentemente, a dívida pública para acima da meta de 40% do PIB. Com efeito, prevê-se que o gasto emergencial possa chegar a 120 bilhões de libras esterlinas, o que corresponderia a mais de 5% em 2008 e entre 8% e 9% do PIB em 2009, elevando a dívida pública, em 2009, para quase 60% do PIB. Se este for o caso, o Reino Unido atingiria o maior nível de endividamento público desde 1947, quando o país ainda recuperava-se da devastação da Segunda Guerra Mundial.

Dívida líquida do governo (% PIB)

2002	2003	2004	2005	2006	2007
-1,9	-3,3	-3,4	-3,4	-2,6	-3,0

Fonte: Bank of England

5. Balanço de Pagamentos

A balança comercial britânica acumulou déficits crescentes nos últimos anos. Com efeito, o déficit comercial britânico quase dobrou de tamanho entre 2002 e 2007, passando de US\$ 95.4 bilhões para US\$ 179,1 bilhões. A explosão no consumo das

famílias fez com que a demanda por produtos manufaturados, bem como alimentos e matérias-primas, elevasse consideravelmente o déficit, uma vez que o Reino Unido não possui estrutura produtiva capaz de responder rapidamente a elevação da demanda doméstica. Os dados de 2008 apontam para a manutenção de déficit, embora a níveis menos elevados do que em 2007, pois a atividade econômica contraiu-se brutalmente a partir do segundo trimestre do ano. Com efeito, o déficit comercial atingiu US\$ 6,24 bilhões em setembro (ao câmbio de setembro de 2008), queda significativa dos US\$ 7,04 bilhões de agosto do mesmo ano, o que apontaria para queda acentuada no consumo doméstico. De outro lado, o Reino Unido apresenta tradicionais superávits nas contas de serviços e de renda.

Balanço de Pagamentos (US\$ bilhões)

	2004	2005	2006	2007
Balança comercial	-115,5	-125,1	-142,9	-179,3
Balanço de serviços	47,5	44,9	57,2	76,7
Balanço de renda	48,8	47,2	14,0	11,0
Transferências correntes	20,0	21,9	22	27,6
Balanço conta-corrente	-35,2	-55	-93,6	-119,2

Fonte: Office of National Statistics.

6. Reservas internacionais

Segundo os dados do Fundo Monetário Internacional, as reservas internacionais do Reino Unido somavam, em fins de outubro de 2008, em valores aproximados de mercado, o total de US\$ 62,17 bilhões, dos quais US\$ 48,25 bilhões em reservas do governo central e US\$ 13,92 bilhões em reservas da autoridade monetária. Deste total, quase 80%, ou US\$ 44,989 bilhões, constituíam reservas conversíveis, mantidas em moedas estrangeiras. No mesmo período, o Reino Unido possuía US\$ 7,29 bilhões em ouro e US\$ 1,15 bilhão em reservas do FMI, dos quais pouco menos da metade em Direitos Especiais de Saque (DES).

7. Sistema bancário e a City londrina

Embora altamente concentrado, o Reino Unido possui sofisticado sistema bancário, que oferece ampla gama de serviços. A praça financeira londrina, principal centro mundial de transações financeiras e de negócios, gerou grande parte dos quase US\$ 43,2 bilhões em serviços financeiros exportados pelo Reino Unido em 2006. Quase 35% das transações diárias do mercado mundial de câmbio é conduzida em Londres, enquanto 70% do mercado global de eurobônus são transacionados na capital britânica. A praça londrina é líder mundial em seguros, atingindo o montante de US\$ 368 bilhões em 2006. Duzentos e quarenta e cinco bancos estrangeiros possuem filiais em Londres, 75% das empresas que compõem o Fortune 500 têm escritórios na praça londrina, três em quatro dos maiores escritórios de advocacia do mundo possuem filiais na cidade (mais de 200 escritórios), enquanto 652 empresas estrangeiras são listadas na London Stock Exchange, a terceira maior bolsa de valores do mundo após Nova York e Tóquio. A praça londrina é responsável, ainda, por gerir quase US\$ 7 trilhões em fundos de investimento, e mais de 80% das transações do Esquema de Emissões de Carbono da União Europeia têm lugar na capital britânica. Os serviços marítimos são responsáveis por saldo que atingiu US\$ 2,76 bilhões em 2006.

A promoção da capital londrina como centro financeiro mundial está a cargo da autoridade local, denominada City of London (antes era conhecida como Corporation of London). A autoridade local têm como uma de suas atribuições a assistência a instituições financeiras interessadas em se instalar na praça de Londres. Informações completas e atualizadas sobre a praça londrina, bem como a respeito dos serviços de assistência prestados pelas autoridades, podem ser encontradas no portal www.cityoflondon.gov.uk



8. Bancos brasileiros no Reino Unido e britânicos no Brasil

O único banco brasileiro que possui agência comercial em Londres é, atualmente, o Banco do Brasil. Banco Itaú/Unibanco, Bradesco e Banco Votorantim possuem escritórios de representação e investimento na capital britânica. Com respeito à atuação de bancos comerciais britânicos no Brasil, no momento apenas o HSBC possui agências comerciais no Brasil, enquanto o Barclays Bank possui escritórios de representação/investimentos.



III - COMÉRCIO EXTERIOR GERAL DO PAÍS

1. Evolução recente

O Reino Unido têm sido, tradicionalmente, país exportador de produtos manufaturados e importador de alimentos e matérias-primas. Entretanto, a partir do início dos anos 1980, o superávit no comércio de produtos manufaturados transformou-se em déficit. Este declínio da base manufatureira tem provocado, desde então, oscilações na balança comercial britânica. Hoje, o Reino Unido continua a importar produtos alimentícios e matérias primas em larga escala, porém tornou-se também um substancial comprador de produtos como, entre outros, motores para veículos, confecções e calçados. É, também, exportador de petróleo e seus derivados, produtos químicos (em particular de farmacêuticos), bebidas (uísque em particular), tabaco e equipamentos mecânicos.

Como resultado, a balança comercial britânica tem apresentado resultados gradualmente mais desfavoráveis ano após ano - o déficit aumentou de US\$ 52,3 bilhões em 2000 para US\$ 192,1 bilhões em 2007. Em contrapartida, sua balança de serviços tem sido positiva (US\$ 44,7 bilhões em 2005, US\$ 57,1 bilhões em 2006, e US\$ 76,7 bilhões em 2007). Em serviços, as áreas de seguros e financeira continuam a exercer papel preponderante.

Na distribuição geográfica do comércio britânico, o maior parceiro é a União Europeia (UE 27), seguido dos Estados Unidos, China, Japão e Canadá. O fluxo total de comércio (importação CIF mais exportação FOB) entre a União Europeia e o Reino Unido alcançou, em 2007, o montante de US\$ 597,6 bilhões. As exportações britânicas para a União Europeia representam mais da metade (57%) do total das vendas ao exterior, sendo, em 2007, os Estados Unidos, a Alemanha, França, Irlanda e Países Baixos os principais mercados importadores. Do mesmo modo, as importações oriundas da União Europeia representam, também,

mais da metade (54,2%) do total das importações britânicas, sendo, em 2007, a Alemanha, os Estados Unidos, China, Países Baixos e França os principais fornecedores.

Em termos de composição do comércio exterior, o país é um dos maiores exportadores de máquinas (24% do total das suas exportações em 2007), seguido de combustíveis minerais (10,4%), veículos automóveis (9,9%), produtos farmacêuticos (6,3%), metais preciosos (5,2%), ferro e aço e suas obras (4,4%), instrumentos e equipamentos científicos e de controle (3,7%), produtos químicos orgânicos (3,3%); aeronaves (2,9%), plástico (2,8%), e de bebidas (1,9%).

Dentre os principais produtos importados pelo Reino Unido, em 2007, figuram máquinas (22,9% do total das suas importações), seguido de veículos automóveis (11,9%), combustíveis minerais (9,3%), metais preciosos (5,3%), vestuário (3,8%), produtos farmacêuticos (3,1%), ferro e aço e suas obras (3,1%), produtos químicos orgânicos (2,8%); plástico (2,7%), móveis (1,8%), e papel e cartão (1,7%).

Comércio exterior total, 2000-2007 (em US\$ bilhões)

Anos	Exportações (FOB)		Importações (CIF)		Balança Comercial
	Valor	Var. %	Valor	Var. %	
2000	283,3	4,7	335,6	4,5	-52,3
2001	272,0	-4,0	326,4	-2,7	-54,4
2002	280,1	3,0	347,2	6,4	-67,1
2003	306,2	9,3	394,9	13,8	-88,7
2004	347,6	13,5	466,8	18,2	-119,2
2005	394,1	13,4	502,1	7,6	-108,0
2006	447,2	13,5	566,1	12,7	-118,9
2007	443,9	-0,7	636,1	12,4	-192,2

Fonte: World Trade Atlas (HM Customs & Excise)

2. Direção (principais parceiros)

O comércio exterior do Reino Unido está voltado predominantemente para os países desenvolvidos. Em 2007, os países membros da OCDE foram responsáveis por cerca de 81,1% das exportações britânicas e forneceram cerca de 77,7% das importações do país. Em termos regionais, a União Europeia (UE 27) é o principal parceiro comercial (57,3% das exportações britânicas). Na região, a Alemanha tornou-se o principal destino das exportações (11%) e principal fornecedor (13,9%). Fora da região, os Estados Unidos aparecem como o maior mercado (14,5%) e maior fornecedor (8,9%), seguido da China (7,3%).

No capítulo IV é abordado o relacionamento do Reino Unido com o mercado brasileiro. Os quadros a seguir trazem os principais números do comércio exterior do país.

Importações por principais áreas e países, 2005-2007 (US\$ milhões - CIF)

Áreas/Países	2005	2006	2007	% Part.			% Var. 07/06
				2005	2006	2007	
União Europeia (UE 27)	278.261,6	305.682,1	344.585,2	55,42	54,00	54,18	12,73
Alemanha	68.992,3	73.461,4	88.671,0	13,74	12,98	13,94	20,70
Países Baixos	34.953,4	37.782,0	45.745,0	6,96	6,67	7,19	21,08
França	37.569,7	39.864,3	44.288,1	7,48	7,04	6,96	11,10
Bélgica	24.361,1	26.083,1	29.690,7	4,85	4,61	4,67	13,83
Itália	22.241,4	23.363,3	26.774,7	4,43	4,13	4,21	14,60
Rep. Irlanda	18.288,9	19.087,9	22.478,2	3,64	3,37	3,53	17,76
Espanha	17.684,8	19.051,9	20.243,4	3,52	3,37	3,18	6,25
Suécia	9.642,4	10.590,5	10.488,7	1,92	1,87	1,65	-0,96
Polônia	3.988,8	5.825,9	7.639,9	0,79	1,03	1,20	31,14
Reino Unido	6.664,4	6.661,4	6.962,5	1,33	1,18	1,10	4,52
Dinamarca	6.979,2	8.401,6	6.775,2	1,39	1,48	1,07	-19,36
Rep. Tcheca	3.312,2	4.077,2	5.961,5	0,66	0,72	0,94	46,21



Finlândia	4.338,3	5.189,3	5.198,4	0,86	0,92	0,82	0,18
Áustria	3.988,1	4.484,3	4.953,4	0,79	0,79	0,78	10,46
Hungria	3.292,0	3.756,0	4.730,6	0,66	0,66	0,74	25,95
Portugal	3.408,7	5.171,4	2.945,3	0,68	0,91	0,46	-43,05
Eslováquia	647,6	1.202,6	2.537,9	0,13	0,21	0,40	111,04
Romênia	1.369,7	1.453,9	1.852,4	0,27	0,26	0,29	27,41
Luxemburgo	1.510,7	2.729,2	1.352,7	0,30	0,48	0,21	-50,44
Grécia	1.260,4	1.214,6	1.252,7	0,25	0,22	0,20	3,13
Letônia	1.231,5	1.344,1	1.169,9	0,25	0,24	0,18	-12,96
Eslovênia	356,3	511,1	635,1	0,07	0,09	0,10	24,25
Lituânia	476,7	510,1	595,6	0,10	0,09	0,09	16,75
Bulgária	294,1	363,4	471,0	0,06	0,06	0,07	29,63
Estônia	654,0	873,8	453,2	0,13	0,15	0,07	-48,13
Chipre	438,0	2.332,5	362,9	0,09	0,41	0,06	-84,44
Malta	317,0	295,2	355,1	0,06	0,05	0,06	20,32

Outros Países da Europa

Noruega	21.705,1	26.317,0	28.431,1	4,32	4,65	4,47	8,03
Rússia	9.036,4	10.008,9	10.667,9	1,80	1,77	1,68	6,58
Turquia	6.357,9	7.336,6	9.173,1	1,27	1,30	1,44	25,03
Suíça	5.301,1	6.179,6	7.317,4	1,06	1,09	1,15	18,41

América do Norte

EUA	41.448,6	49.609,0	56.631,8	8,25	8,76	8,90	14,16
Canadá	8.364,1	10.913,9	13.583,3	1,67	1,93	2,14	24,46
México	1.846,9	1.924,0	2.150,2	0,37	0,34	0,34	11,76

Outros Países da OCDE

Japão	16.434,4	15.416,8	16.315,9	3,27	2,72	2,57	5,83
Austrália	4.123,8	6.030,8	6.550,4	0,82	1,07	1,03	8,62
Coreia do Sul	5.510,2	5.433,3	5.441,2	1,10	0,96	0,86	0,15
Nova Zelândia	1.107,1	1.056,0	1.311,8	0,22	0,19	0,21	24,22

Países Exportadores de Petróleo

Indonésia	1.782,3	2.002,9	2.120,2	0,36	0,35	0,33	5,86
-----------	---------	---------	---------	------	------	------	------

Algéria	803,1	1.588,9	1.689,7	0,16	0,28	0,27	6,35
Kuaite	632,4	1.398,1	1.318,2	0,13	0,25	0,21	-5,72
Líbia	605,0	1.061,7	1.144,2	0,12	0,19	0,18	7,76
Arábia Saudita	2.395,4	1.569,2	1.111,1	0,48	0,28	0,18	-29,20
Venezuela	698,7	1.168,7	989,0	0,14	0,21	0,16	-15,38
Nigéria	271,3	348,0	642,0	0,05	0,06	0,10	84,50

Outros Países

China	31.532,9	36.835,1	46.580,1	6,28	6,51	7,32	26,46
África do Sul	6.747,8	8.839,9	10.136,8	1,34	1,56	1,59	14,67
Índia	5.170,0	5.649,0	7.415,0	1,03	1,00	1,17	31,26
Cingapura	6.423,4	6.215,9	6.870,6	1,28	1,10	1,08	10,53
Hong Kong	4.438,2	6.352,2	5.573,2	0,88	1,12	0,88	-12,26
Taiwan	4.417,9	4.955,7	5.426,6	0,88	0,88	0,85	9,50
Brasil	3.296,0	3.693,0	4.562,3	0,66	0,65	0,72	23,54
Tailândia	3.154,1	3.671,6	4.125,5	0,63	0,65	0,65	12,36
Malásia	3.331,1	3.616,7	3.505,2	0,66	0,64	0,55	-3,08
Indonésia	1.782,3	2.002,9	2.120,2	0,36	0,35	0,33	5,86
Total	502.143,2	566.086,2	636.055,0	100	100	100	12,36

Fonte: World Trade Atlas/HM Customs & Excise

Exportações por principais áreas e países, 2005-2007

(US\$ milhões - FOB)

Áreas/Países	2005	2006	2007	% Part.			% Var.
				2005	2006	2007	- 07/06
União Européia (UE 27)	220.840,6	276.747,8	253.024,2	56,04	61,89	56,99	-8,57
Alemanha	41.862,0	49.546,3	48.871,1	10,62	11,08	11,01	-1,36
França	36.252,4	52.608,0	35.838,2	9,20	11,77	8,07	-31,88
Rep, Irlanda	29.585,9	31.425,4	35.297,2	7,51	7,03	7,95	12,32
Países Baixos	23.078,0	30.178,2	29.920,9	5,86	6,75	6,74	-0,85
Bélgica	20.333,8	23.846,1	23.437,0	5,16	5,33	5,28	-1,72
Espanha	19.439,1	22.677,7	19.804,7	4,93	5,07	4,46	-12,67
Itália	16.017,6	17.239,6	18.162,7	4,06	3,86	4,09	5,35
Suécia	8.346,3	9.424,1	9.704,5	2,12	2,11	2,19	2,98



Polônia	2.994,1	5.049,5	4.689,8	0,76	1,13	1,06	-7,12
Dinamarca	4.201,4	6.967,8	4.312,9	1,07	1,56	0,97	-38,1
Finlândia	2.746,8	3.319,7	3.872,5	0,70	0,74	0,87	16,65
Portugal	3.095,8	4.224,2	2.929,4	0,79	0,95	0,66	-30,65
Rep. Tcheca	1.952,9	2.857,1	2.767,5	0,50	0,64	0,62	-3,14
Áustria	2.411,6	3.057,9	2.716,6	0,61	0,68	0,61	-11,16
Grécia	2.487,3	2.675,6	2.676,0	0,63	0,60	0,60	0,01
Hungria	1.519,6	1.530,0	1.704,6	0,39	0,34	0,38	11,41
Romênia	1.173,2	1.111,0	1.317,1	0,30	0,25	0,30	18,55
Chipre	651,3	1.895,5	827,3	0,17	0,42	0,19	-56,35
Eslováquia	469,3	503,4	756,4	0,12	0,11	0,17	50,27
Malta	436,0	581,3	718,8	0,11	0,13	0,16	23,65
Lituânia	301,9	434,5	614,8	0,08	0,10	0,14	41,51
Luxemburgo	384,3	2.933,9	534,8	0,10	0,66	0,12	-81,77
Estônia	209,4	845,6	453,3	0,05	0,19	0,10	-46,39
Eslovênia	305,0	354,5	403,6	0,08	0,08	0,09	13,86
Bulgária	400,0	411,0	402,8	0,10	0,09	0,09	-2,01
Letônia	185,3	1.049,9	289,7	0,05	0,24	0,07	-72,41

Outros Países da Europa

Suíça	15.354,2	9.171,1	9.795,1	3,90	2,05	2,21	6,80
Rússia	3.423,6	3.794,8	5.675,9	0,87	0,85	1,28	49,57
Noruega	4.149,8	3.974,1	5.500,5	1,05	0,89	1,24	38,41
Turquia	4.053,5	4.539,0	4.704,7	1,03	1,02	1,06	3,65

América do Norte

EUA	56.613,8	58.661,3	64.275,5	14,37	13,12	14,47	9,57
Canadá	6.074,4	7.110,3	6.704,1	1,54	1,59	1,51	-5,71
México	1.160,1	1.361,4	1.529,4	0,29	0,30	0,34	12,34

Outros Países da OCDE

Japão	7.059,4	7.466,6	7.671,0	1,79	1,67	1,73	2,74
Austrália	4.962,5	5.190,3	6.814,3	1,26	1,16	1,53	31,29
Coreia do Sul	3.086,0	3.114,6	3.626,6	0,78	0,70	0,82	16,44
Nova Zelândia	743,2	665,6	692,7	0,19	0,15	0,16	4,06

Países Exportadores de Petróleo

Arábia Saudita	2.920,8	3.067,1	3.746,7	0,74	0,69	0,84	22,16
Nigéria	1.494,6	1.529,9	2.032,1	0,38	0,34	0,46	32,82
Kuaite	796,6	817,9	912,7	0,20	0,18	0,21	11,59
Indonésia	680,7	579,5	577,5	0,17	0,13	0,13	-0,34
Venezuela	430,3	432,7	501,2	0,11	0,10	0,11	15,84
Líbia	385,3	372,4	464,2	0,10	0,08	0,11	24,65
Algéria	264,9	306,3	337,8	0,07	0,07	0,08	10,32

Outros Países

China	5.140,8	6.005,9	7.568,4	1,30	1,34	1,70	26,02
Índia	5.397,0	4.989,2	5.931,6	1,37	1,12	1,34	18,89
Hong Kong	5.671,0	5.274,1	5.324,9	1,44	1,18	1,20	0,96
Cingapura	3.798,6	4.321,3	4.930,7	0,96	0,97	1,11	14,10
África do Sul	3.806,2	3.997,9	4.323,3	0,97	0,89	0,97	8,14
Brasil	1.531,9	1.686,9	2.155,1	0,39	0,38	0,49	27,75
Malásia	1.988,6	1.614,9	1.908,3	0,51	0,36	0,43	18,17
Taiwan	1.724,7	1.671,2	1.876,9	0,44	0,37	0,42	12,31
Tailândia	1.176,4	1.088,6	1.210,8	0,30	0,24	0,27	11,22
Indonésia	680,7	579,5	577,5	0,17	0,13	0,13	-0,34
Total	394.090,1	447.162,8	444.205,0	100	100	100	-0,66

Fonte: World Trade Atlas/HM Customs & Excise

3. Composição (principais produtos)

A exemplo de outros países industrializados, a pauta das importações e exportações do Reino Unido continua voltada, predominantemente, para produtos manufaturados. O Reino Unido é importador de maquinaria mecânica e elétrica, veículos, combustíveis, pedras preciosas, produtos farmacêuticos, plásticos, instrumentos e aparelhos de precisão, aeronaves, produtos químicos, vestuário, calçados, papel e gêneros alimentícios, entre outros produtos. O país é exportador, de modo geral, do mesmo grupo de produtos que importa.

A composição da pauta de comércio exterior do Reino Unido, em 2007, revela a importância dos quatro primeiros itens (máquinas mecânicas, máquinas elétricas, veículos e combustíveis), que corresponderam a mais de 44% (46% em 2006) do total importado, e por mais de 44% (52% em 2006) do exportado.

Os quadros a seguir contêm dados sobre a composição da pauta de importação e exportação britânica:



Importações por principais grupos de produtos, 2005-2007
(US\$ milhões - cif)

NCM	GRUPO DE PRODUTOS				% Part.			% Var.
		2005	2006	2007	2005	2006	2007	07/06
	Animais vivos e produtos do reino animal	11.214,4	12.083,6	13.295,5	2,24	2,15	2,11	10,03
02	Carnes e miudezas, comestíveis	5.153,8	5.328,6	5.979,4	1,03	0,94	0,94	12,21
03	Peixes e crustáceos, moluscos e os outros invertebrados aquáticos	2.106,1	2.465,8	2.704,3	0,42	0,44	0,43	9,67
04	Leite e laticínios; ovos de aves; mel	2.995,3	3.197,5	3.527,9	0,60	0,57	0,56	10,33
	Produtos do reino vegetal	12.342,5	12.881,8	15.151,5	2,46	2,28	2,38	17,62
07	Produtos hortícolas, plantas, raízes	3.576,5	3.657,3	4.338,5	0,71	0,65	0,68	18,62
08	Frutas	4.375,4	4.676,4	5.284,9	0,87	0,83	0,83	13,01
	Produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	21.746,6	23.144,7	27.395,5	4,33	4,09	4,32	18,37
16	Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos	2.673,5	2.935,8	3.501,7	0,53	0,52	0,55	19,27
19	Preparações de produtos à base de cereais, farinhas; produtos de pastelaria	2.334,9	2.466,1	3.096,6	0,47	0,44	0,49	25,57
20	Preparações de produtos hortícolas e frutas	2.358,0	2.548,7	3.096,9	0,47	0,45	0,49	21,51
22	Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	6.934,5	7.328,7	8.306,7	1,38	1,30	1,31	13,34
	Produtos minerais	45.805,0	57.660,8	63.997,3	9,12	10,20	10,6	11,00
26	Minérios, escórias e cinzas	2.175,8	2.936,6	3.895,5	0,43	0,52	0,61	32,66
27	Combustíveis minerais, óleos minerais e subprodutos; matérias betuminosas	42.837,6	53.869,6	59.068,6	8,53	9,52	9,29	9,65
	Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas	46.951,5	50.632,9	60.622,5	9,35	8,96	9,54	19,73
28	Produtos químicos inorgânicos	3.037,8	4.177,5	5.653,2	0,61	0,74	0,89	35,33
29	Produtos químicos orgânicos	13.855,2	14.462,3	17.856,8	2,76	2,56	2,81	23,47



30	Produtos farmacêuticos	15.267,7	16.633,3	19.735,2	3,04	2,94	3,10	18,65
33	Óleos essenciais e resinóides; produtos de perfumaria, touçador e produtos cosméticos	4.391,6	4.751,5	5.353,9	0,88	0,84	0,84	12,68
38	Produtos diversos das indústrias químicas	4.014,1	4.037,2	4.522,0	0,80	0,71	0,71	12,01
	Plásticos, borracha, e suas obras	18.695,7	19.930,0	23.128,0	3,72	3,52	3,63	16,05
39	Plásticos e suas obras	14.373,9	15.287,1	17.453,7	2,86	2,70	2,74	14,17
40	Borracha e suas obras	4.321,8	4.642,9	5.674,3	0,86	0,82	0,89	22,21
	Peles, couros, peleteria; obras de couro; artigos de viagem, bolsas	2.506,5	2.666,4	3.200,8	0,50	0,47	0,50	20,04
42	Obras de couro; artigos de viagem bolsas e artefatos semelhantes	2.122,8	2.283,0	2.805,8	0,42	0,40	0,44	22,90
	Madeira, carvão vegetal e obras de madeira; cortiça e suas obras	5.563,1	5.896,7	7.413,5	1,12	1,05	1,17	25,72
44	Madeira e suas obras, carvão vegetal	5.449,7	5.775,9	7.273,1	1,09	1,02	1,14	25,92
	Pasta de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel e suas obras	13.153,2	13.612,7	15.530,2	2,61	2,41	2,44	14,09
48	Papel e cartão; obras de pasta de celulose, de papel ou de cartão	9.357,5	9.739,3	11.026,2	1,86	1,72	1,73	13,21
49	Livros, jornais, gravuras e outros produtos das indústrias gráficas	2.833,4	2.857,7	3.437,2	0,56	0,51	0,54	20,28
	Matérias têxteis e suas obras	27.946,0	29.178,5	32.761,5	5,57	5,16	5,14	12,28
62	Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	10.822,4	11.153,5	12.618,1	2,16	1,97	1,98	13,13
	Calçados, chapéus e artefatos de uso semelhantes	5.264,9	5.536,2	5.972,7	1,05	0,98	0,93	7,88
64	Calçado e suas partes	4.783,9	5.020,2	5.363,7	0,95	0,89	0,84	6,84
	Obras de pedra ou de matérias semelhantes; produtos cerâmicos; vidro e suas obras	4.973,3	5.273,9	6.233,9	0,99	0,93	0,98	18,20
69	Produtos cerâmicos	1.703,4	1.827,2	2.138,6	0,34	0,32	0,34	17,04
70	Vidro e suas obras	1.949,7	2.005,0	2.355,8	0,39	0,35	0,37	17,50
	Pérolas, pedras preciosas ou semipreciosas, metais preciosos; bijuterias; moedas	20.410,8	33.723,4	33.795,8	4,07	5,96	5,31	0,21
71	Pérolas, pedras preciosas ou semipreciosas, metais preciosos; bijuterias; moedas	20.410,8	33.723,4	33.795,8	4,07	5,96	5,31	0,21



	Metais comuns e suas obras	25.929,6	30.770,6	38.229,3	5,18	5,45	6,02	24,24
72	Ferro fundido, ferro e aço	6.609,9	7.324,1	9.652,4	1,32	1,29	1,52	31,79
73	Obras de ferro fundido, ferro ou aço	6.944,3	7.973,2	9.859,8	1,38	1,41	1,55	23,66
74	Cobre e suas obras	1.895,9	3.094,5	3.035,5	0,38	0,55	0,48	-1,91
76	Alumínio e suas obras	3.533,0	4.420,0	5.298,3	0,70	0,78	0,83	19,87
	Máquinas e aparelhos, material elétrico; aparelhos de gravação, de som e imagens, e suas partes	126.714,0	142.045,5	145.674,4	25,24	25,09	22,90	2,55
84	Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e partes	69.927,4	72.113,9	82.843,4	13,93	12,74	13,02	14,88
85	Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	56.786,6	69.931,5	62.831,0	11,31	12,35	9,88	-10,15
	Material de transporte	73.400,4	78.523,0	93.189,1	14,62	13,87	14,65	18,68
87	Veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios	59.588,6	62.160,7	75.538,9	11,87	10,98	11,88	21,52
88	Aeronaves e aparelhos espaciais, e suas partes	12.102,1	15.360,6	15.910,0	2,41	2,71	2,50	3,57
	Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia, medida, relojoaria, médico-cirúrgicos, musicais	16.724,6	17.518,5	17.596,5	3,33	3,09	2,77	0,04
90	Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia, medida, controle, precisão, médico-cirúrgicos	15.378,2	16.134,2	15.987,0	3,06	2,85	2,51	-0,91
	Mercadorias e produtos diversos	14.955,5	16.101,6	20.100,6	2,99	2,85	3,17	24,84
94	Móveis, mobiliário médico-cirúrgico; construções pré fabricadas	8.814,3	9.417,3	11.549,4	1,76	1,66	1,82	22,64
95	Brinquedos, jogos, artigos para divertimento ou para esporte; suas partes e acessórios	5.056,7	5.580,9	7.296,6	1,01	0,99	1,15	30,74
	Objetos de arte, de coleção e antiguidades	3.526,7	4.334,4	5.870,8	0,70	0,77	0,92	35,45
97	Objetos de arte, de coleção e antiguidades	3.526,7	4.334,4	5.870,8	0,70	0,77	0,92	35,45
	TOTAL	502.143,2	566.086,2	636.059,5	100	100	100	12,36

Fonte: World Trade Atlas/HM Customs & Excise



Exportações por principais grupos de produtos, 2005-2007 (US\$ milhões – FOB)

NCM	GRUPO DE PRODUTOS				% Part.			% Var.
		2005	2006	2007	2005	2006	2007	07/06
	Produtos das indústrias alimentares; bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	13.247,7	13.824,8	16.077,7	3,38	3,10	3,60	16,30
22	Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	6.563,1	7.023,4	8.375,5	1,67	1,57	1,89	19,25
	Produtos minerais	37.801,6	44.772,1	47.638,1	9,59	10	10,7	6,40
27	Combustíveis minerais, óleos minerais e subprodutos; matérias betuminosas	36.780,3	43.763,6	46.376,3	9,33	9,79	10,4	5,97
	Produtos das indústrias químicas ou das indústrias conexas	53.143,1	60.284,1	68.356,1	13,49	13,48	15,40	13,39
28	Produtos químicos inorgânicos	2.634,5	3.743,2	5.416,2	0,67	0,84	1,22	44,69
29	Produtos químicos orgânicos	11.839,6	14.337,2	14.816,5	3,00	3,21	3,34	3,34
30	Produtos farmacêuticos	21.482,7	24.479,5	28.143,6	5,45	5,47	6,34	14,97
33	Óleos essenciais e resinóides; produtos de perfumaria, toucador e produtos cosméticos	4.398,8	4.841,5	5.488,3	1,12	1,08	1,24	13,36
38	Produtos diversos das indústrias químicas	5.735,7	6.031,3	6.973,8	1,46	1,35	1,57	15,63
	Plásticos, borracha e suas obras	13.225,2	13.699,3	15.588,2	3,36	3,06	3,51	13,79
39	Plásticos e suas obras	10.466,0	10.823,3	12.237,0	2,66	2,42	2,76	13,06
40	Borracha e suas obras	2.759,2	2.876,0	3.351,1	0,70	0,64	0,75	16,52
	Pasta de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel e suas obras	8.546,1	8.445,9	9.860,1	2,17	1,89	2,22	16,74
48	Papel e cartão; obras de pasta de celulose, de papel ou de cartão	3.934,5	3.891,7	4.457,1	1,00	0,87	1,00	14,53
49	Livros, jornais, gravuras e outros produtos das indústrias gráficas	4.095,0	3.937,1	4.575,0	1,04	0,88	1,03	16,20
	Matérias têxteis e suas obras	9.686,7	10.156,3	11.243,1	2,47	2,27	2,54	10,70
62	Vestuário e seus acessórios, exceto de malha	2.521,4	2.687,3	3.128,7	0,64	0,60	0,70	16,43
	Pérolas, pedras preciosas ou semipreciosas, metais preciosos; bijuterias; moedas	23.228,4	18.764,8	22.873,1	5,89	4,20	5,15	21,89
71	Pérolas, pedras preciosas ou semipreciosas, metais preciosos; bijuterias; moedas	23.228,4	18.764,8	22.873,1	5,89	4,20	5,15	21,89
	Metais comuns e suas obras	24.514,0	27.911,5	33.431,5	6,23	6,25	7,54	19,78
72	Ferro fundido, ferro e aço	9.359,5	9.462,0	12.182,3	2,38	2,12	2,74	28,75
73	Obras de ferro fundido, ferro ou aço	5.341,7	5.952,2	7.242,2	1,36	1,33	1,63	21,67



76	Alumínio e suas obras	3.330,9	4.118,2	4.762,4	0.85	0.92	1.07	15.64
	Máquinas e aparelhos, material elétrico; aparelhos de gravação, de som e imagens, e suas partes	117.053,9	152.751,5	106.735,0	29.70	34,16	24,03	-30.13
84	Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e partes	64.205,5	71.693,3	70.465,6	16.29	16.03	15.86	-1.71
85	Máquinas, aparelhos e materias elétricos	52.848,4	81.058,2	36.269,4	13.41	18.13	8.17	-55.26
	Material de transporte	49.868,5	50.688,7	60.491,0	12,66	11,34	13,61	19,34
87	Veículos automôveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios	37.424,9	37.340,4	44.169,5	9.50	8.35	9.94	18.29
88	Aeronaves e aparelhos espaciais, e suas partes	10.965,0	11.834,6	12.736,0	2.78	2.65	2.87	7.62
	Instrumentos e aparelhos de óptica, médico-cirúrgicos, relojoaria, musicais	15.211,0	16.048,7	16.732,5	3,86	3,59	3,77	4,26
90	Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia, medida, controle, precisão, médico-cirúrgicos	14.776,5	15.652,3	16.249,0	3.75	3.50	3.66	3.81
	Obras diversas	9.515,9	10.086,0	12.356,2	2,42	2,26	2,78	22,51
97	Objetos de arte, de coleção e antiguidades	5.476,0	5.130,0	6.565,5	1.39	1.15	1.48	27.98
	TOTAL	394.090,1	447.162,8	444.205,0	100	100	100	-0.66

Fonte: World Trade Atlas/HM Customs & Excise

IV - RELAÇÕES ECONÔMICAS BRASIL - REINO UNIDO

1. Intercâmbio comercial bilateral

Evolução recente

O Reino Unido é um dos mais tradicionais parceiros do Brasil no comércio exterior e tem no País o seu principal parceiro na América Latina. As exportações brasileiras para o mercado britânico, em 2007, representaram cerca de 2,1% do total exportado pelo Brasil. Já o Reino Unido fornece cerca de 1,6% das importações brasileiras. O volume total do comércio bilateral vem crescendo continuamente desde 1985 (à exceção de 1999 e 2003).

Os dados do intercâmbio comercial de 2007 confirmam a tendência de crescimento nas trocas. As exportações brasileiras cresceram 16,7% em relação a 2006, totalizando US\$ 3,3 bilhões, e as importações atingiram a marca de US\$ 2 bilhões, representando um crescimento de quase 38% em relação a 2006. O saldo do intercâmbio bilateral foi favorável ao Brasil nos últimos 20 anos, tendo sido negativo apenas no biênio 1997/98.

O grande crescimento das exportações brasileiras nos últimos três anos não foi acompanhado por igual crescimento das

importações provenientes do Reino Unido, com a excessão notada em 2007. Desse modo, o superávit a favor do Brasil, que era de US\$ 266 milhões em 2000, saltou para US\$ 762 milhões em 2004, US\$ 1,236 bilhão em 2005, US\$ 1,391 bilhão em 2006, e, finalmente, para US\$ 1,346 bilhão em 2007.

As exportações brasileiras para o Reino Unido são compostas tanto por produtos industrializados como por produtos básicos, tanto agrícolas quanto minerais. Em 2007, os principais produtos exportados foram motores, calçados, minério de ferro, carnes e preparações, soja e derivados, madeira compensada, aviões, óleos brutos de petróleo e móveis.

No tocante às importações, deve-se notar que os produtos manufaturados representam a maior parte das importações brasileiras do Reino Unido. Em 2007, os principais itens importados foram produtos para a indústria farmacêutica e química (medicamentos, inseticidas, e compostos), uísque, instrumentos de precisão, motores para veículos automóveis, automóveis, motores elétricos, bombas e compressores.

O Reino Unido foi, em 2007, o 15º principal destino das exportações brasileiras no mundo, e o sétimo principal destino entre os países que compõem a União Europeia. No mesmo período, aquele país foi 16º principal como origem das importações do Brasil no mundo, e o quarto entre os países da UE.

Brasil: intercâmbio comercial com o Reino Unido 2000-2007

Ano	Exportações	Var. %	Importações	Var. %	Saldo Comercial	Intercâmbio Comercial	Var. %
2001	1.704.753.232	13,77	1.234.934.300	0,04	469.818.932	2.939.687.532	7,63
2002	1.768.904.607	3,76	1.344.837.355	8,90	424.067.252	3.113.741.962	5,92
2003	1.880.312.466	7,34	1.202.406.947	-10,59	677.905.519	3.082.719.413	-0,99
2004	2.116.544.678	11,47	1.354.945.804	12,46	761.598.874	3.471.490.482	11,08
2005	2.591.421.523	22,44	1.355.140.399	1,52	1.236.281.124	3.946.561.922	13,68
2006	2.821.916.508	8,89	1.431.115.606	3,00	1.390.800.902	4.253.032.114	7,77
2007	3.301.105.481	16,66	1.955.061.711	37,90	1.346.043.770	5.256.167.192	23,59

Fonte: MDIC/SECEX



Composição do intercâmbio comercial bilateral

Brasil: principais produtos e grupos de produtos exportados para o Reino Unido, 2005-2007 (em US\$ milhões - FOB)

NCM	Produtos	2005	2006	2007	% Participação			% Var. 07/06
					2005	2006	2007	
26	Minérios, escórias e cinzas	273,601	379,566	535,287	8,30	10,28	11,73	41,03
84	Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos e partes	423,596	436,143	314,609	12,90	11,81	6,9	-27,87
23	Resíduos e desperdícios das indústrias alimentares; alimentos preparados para animais	270,132	197,873	277,184	8,20	5,36	6,08	40,08
64	Calçados, polianas e artefatos semelhantes, e suas partes	191,366	214,547	241,887	5,81	5,81	5,3	12,74
12	Sementes e frutos oleaginosos; grãos, sementes e frutos diversos; plantas industriais ou medicinais; palha e forragens	160,438	124,636	239,201	4,87	3,38	5,24	91,92
44	Madeira, carvão vegetal e obras de madeira	199,116	197,160	217,462	6,04	5,34	4,77	10,3
02	Carnes e miudezas, comestíveis	222,277	186,191	208,922	6,74	5,04	4,58	12,21
16	Preparações de carne, de peixes ou de crustáceos, de moluscos ou de outros invertebrados aquáticos	162,771	166,427	207,185	4,94	4,51	4,54	24,49
08	Frutas	133,148	160,622	204,201	4,04	4,35	4,48	27,13
47	Pastas de madeira ou de outras matérias fibrosas celulósicas; papel ou cartão de reciclar (desperdícios)	157,078	152,548	144,312	4,77	4,13	3,16	-5,4
94	Móveis, mobiliário médico-cirúrgico; colchões, almofadas; anúncios, cartazes, tabuletas e placas indicadoras luminosas; construções pré-fabricadas	100,854	114,105	103,338	3,06	3,09	2,27	-9,44
10	Cereais	0,000	0,024	96,051	0	0	2,11	0
72	Ferro fundido, ferro e aço	60,097	70,726	83,432	1,82	1,92	1,83	17,97

27	Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação; matérias betuminosas	0,208	3,228	81,152	0,01	0,09	1,78	2.414,19
20	Preparações de produtos hortícolas, e de frutas	45,494	61,863	72,307	1,38	1,68	1,59	16,88
48	Papel e cartão; obras de pasta de celulose, de papel ou de cartão	61,063	56,246	72,151	1,85	1,52	1,58	28,28
85	Máquinas, aparelhos e materiais elétricos	44,741	59,204	65,863	1,36	1,60	1,44	11,25
29	Produtos químicos orgânicos	10,981	47,998	56,960	0,33	1,30	1,25	18,67
24	Fumo (tabaco) e seus sucedâneos, manufaturados	61,232	51,656	54,469	1,86	1,40	1,19	5,45
22	Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	53,528	80,487	46,861	1,62	2,18	1,03	-41,78
21	Preparações alimentícias diversas	24,575	33,853	45,065	0,75	0,92	0,99	33,12
87	Veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios	33,376	34,263	42,535	1,01	0,93	0,93	24,14
09	Café, chá, mate, especiarias	28,684	32,932	40,313	0,87	0,89	0,88	22,41
17	Açúcares e produtos de confeitaria	3,883	3,149	35,723	0,12	0,09	0,78	1034,54
15	Gorduras e óleos animais ou vegetais; ceras	31,377	50,414	29,812	0,95	1,37	0,65	-40,87
68	Obras de pedra, gesso, cimento, amianto, mica ou de matérias semelhantes	19,176	22,212	27,640	0,58	0,60	0,61	24,44
39	Plásticos e suas obras	16,356	21,480	22,193	0,50	0,58	0,49	3,32
73	Obras de ferro fundido, ferro ou aço	14,316	15,947	16,787	0,43	0,43	0,37	5,27
35	Matérias albuminóides; produtos à base de amidos ou de féculas modificados; colas; enzimas	17,615	15,757	15,103	0,53	0,43	0,33	-4,15
69	Produtos cerâmicos	16,969	15,589	14,213	0,52	0,42	0,31	-8,82
	Outros Produtos	439,303	662,375	929,367	0,21	0,38	0,23	-24,03
	Total	3.295,971	3.692,959	4.562,267	0,66	0,65	0,72	23,54

Fonte: World Trade Atlas/HM Customs & Excise

Brasil: principais produtos e grupos de produtos importados do Reino Unido, 2005-20097 (em US\$ milhões - FOB)

NCM	Produtos	2005	2006	2007	% Participação			% Var. 07/06
					2005	2006	2007	
84	Reatores nucleares, caldeiras, máquinas, aparelhos e instrumentos mecânicos, e partes	364,174	378,951	452,727	23,8	22,46	21	19,47
39	Plásticos e suas obras	54,408	57,524	215,648	3,55	3,41	10	274,88
30	Produtos farmacêuticos	106,725	158,897	209,977	6,97	9,42	9,74	32,15
38	Produtos diversos das indústrias químicas	146,857	155,701	177,472	9,59	9,23	8,24	13,98
29	Produtos químicos orgânicos	126,484	97,232	156,339	8,26	5,76	7,25	60,79
87	Veículos automóveis, tratores, ciclos e outros veículos terrestres, suas partes e acessórios	119,346	116,337	149,604	7,79	6,9	6,94	28,6
85	Máquinas, aparelhos e materiais elétricos, aparelhos de gravação ou de reprodução de som, reprodução de imagens e de som em televisão, e suas partes	97,635	102,444	120,504	6,37	6,07	5,59	17,63
90	Instrumentos e aparelhos de óptica, fotografia ou cinematografia, medida controle ou de precisão, médico-cirúrgicos; suas partes e acessórios	62,614	69,668	78,496	4,09	4,13	3,64	12,67
22	Bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres	49,290	71,473	78,099	3,22	4,24	3,62	9,27
72	Ferro fundido, ferro e aço	26,540	42,192	58,139	1,73	2,5	2,7	37,8
73	Obras de ferro fundido, ferro ou aço	59,966	130,531	54,963	3,91	7,74	2,55	-57,89
83	Obras diversas de metais comuns	1,366	5,126	42,949	0,09	0,3	1,99	737,94
40	Borracha e suas obras	31,379	16,194	41,617	2,05	0,96	1,93	156,99
27	Combustíveis minerais, óleos minerais e produtos da sua destilação; matérias betuminosas	5,239	2,507	29,289	0,34	0,15	1,36	1068,29
32	Extratos tanantes e tintoriais; taninos e seus derivados; pigmentos e outras matérias corantes; tintas e vernizes; mástiques; tintas de escrever	27,311	18,866	20,623	1,78	1,12	0,96	9,32
37	Produtos para fotografia e cinematografia	6,985	18,642	19,368	0,46	1,11	0,90	3,9
49	Livros, jornais, gravuras e outros produtos das indústrias gráficas; textos manuscritos ou datilografados, planos e plantas	26,807	16,415	17,588	1,75	0,97	0,82	7,14
28	Produtos químicos inorgânicos	8,620	8,124	14,269	0,56	0,48	0,66	75,64
97	Objetos de arte, de coleção e antiguidades	5,531	12,092	11,581	0,36	0,72	0,54	-4,22
31	Adubos ou fertilizantes	0,206	0,626	9,764	0,01	0,04	0,45	1.460,03
76	Alumínio e suas obras	4,284	2,401	9,139	0,28	0,14	0,42	280,61

70	Vidro e suas obras	6,169	6,031	9,030	0,4	0,36	0,42	49,73
48	Papel e cartão; obras de pasta de celulose, de papel ou de cartão	7,870	7,901	8,573	0,51	0,47	0,40	8,5
82	Ferramentas, artefatos de cutelaria e talheres, e suas partes, de metais comuns	5,632	5,793	7,346	0,37	0,34	0,34	26,8
34	Sabões, agentes orgânicos de superfícies, ceras, produtos de conservação e limpeza, velas, etc	4,264	4,263	7,033	0,28	0,25	0,33	64,97
89	Embarcações e estruturas flutuantes	5,479	3,800	6,990	0,36	0,23	0,32	83,94
81	Outros metais comuns; ceramais ("cerments"); obras dessas matérias	4,529	5,930	5,904	0,3	0,35	0,27	-0,44
33	Oleos essenciais e resinóides; produtos de perfumaria ou de toucador preparados e preparações cosméticas	6,696	7,928	5,748	0,44	0,47	0,27	-27,5
75	Níquel e suas obras	18,702	1,447	5,455	1,22	0,09	0,25	277,07
56	Pastas ("ouates"), feltros e falsos tecidos; fios especiais; cordéis, cordas e cabos; artigos de cordoaria	1,862	2,010	4,351	0,12	0,12	0,2	116,46
	Outros produtos	138,978	159,872	126,496	6,22	5,77	3,97	-12,08
	Total	1.531,947	1.686,918	2.155,082	0,39	0,38	0,49	27,75

Fonte: World Trade Atlas/HM Customs & Excise

2. Investimentos diretos estrangeiros

Entre os países da América do Sul, o Brasil é o maior receptor de investimentos britânicos. Em 2007, segundo dados do BACEN, os investimentos diretos britânicos no Brasil deram um salto, constituindo 3% dos ingressos totais registrados no período, tendo somado US\$ 1,003 milhão (comparado com 1,8%, equivalente a US\$ 395,18 milhões, em 2006). O aumento nos ingressos registrados em 2007 resultou em que o estoque de investimento britânico no total brasileiro subisse da 13ª posição, em fins de 2006, para a nona posição, em 2007, depois de Países Baixos, Estados Unidos, Luxemburgo, Espanha, Alemanha, Ilhas Cayman, Bermudas e França. Ainda segundo os dados do BACEN, o estoque de investimentos britânicos acumulava US\$ 1.488 milhões em 2000 e US\$ 3.457 milhões em 2006.

As principais empresas britânicas possuem filiais no Brasil. Dos principais investidores do Reino Unido, destacam-se as seguintes empresas: Amersham Biosciences, Anglo-Ameri-

can, Arcelor Mittal, Astra Zeneca, Barclays Bank, Blue Star Line (navegação), Bovis Lend Lease, British American Tobacco (BAT), BG (prospecção de petróleo e gás natural), British Petroleum (BP), British Telecom, Cadbury Schweppes, Coats, Control Risks, Corus, Delta (armazenagem), Dimension Data (telecomunicações), ED&F Man (comercialização de commodities), Experian, GKN (motor e peças para veículos), GlaxoSmithkline, Holt Lines (navegação), HSBC, Imperial Chemical Industries (tintas), Invensys (equipamentos elétricos), John Crane (indústria de máquinas), Lamport (navegação), Marconi (telecomunicações), Molins (máquinas automáticas), National Grid (telecomunicações), Pilkington (vidros), PriceWaterhouseCoopers, Priestman Goode (consultoria em design), Reed Exhibitions (feiras e exposições), Regus (escritórios e centros empresariais), Rio Tinto (mineração), Rolls-Royce, Royal Sun Alliance (seguros), Schroder Investment (financeiro), Shell, Smiths Group (refrigeração), Spirax Sarco (indústria de válvulas



e filtros), Tate & Lyle (açúcar), Unilever, Wellstream (equipamento para a indústria do petróleo e gás), WGSN (análise de tendências de estilo e moda), Willett (equipamento para máquinas, empacotamento), Willis (seguros), Wilson & Sons.

Vale mencionar alguns desenvolvimentos recentes relativos aos investimentos britânicos no Brasil: aquisição pelo HSBC do Bamerindus e LloydsTSB do Brasil; aquisição pela Rexam (empresa do setor de embalagem) da Latas de Alumínio SA – Latasa (por US\$ 481,4 milhões); celebração do centenário da British American Tobacco (que controla a Souza Cruz) no Brasil; instalação em Niterói da Wellstream (empresa especializada na fabricação de dutos para plataformas de petróleo em alto mar) de sua primeira unidade fabril na América Latina, com investimentos de R\$ 130 milhões na construção, montagem de equipamento e treinamento de mão-de-obra; aquisição pela Cadbury Schweppes, em 2002, da Adams; aquisição da Comgás por consórcio formado pela BG/Shell; obtenção de licença pela National Grid para operar a empresa de telecomunicações Intelig; aquisição pela Pilkington de fábrica de vidro em São Paulo, e construção de nova fábrica em Curitiba; instalação de nova fábrica da GlaxoSmithKline no Rio de Janeiro; em 2007, aquisição pela Arcelor Mittal (por cerca de US\$ 5 bilhões) da Acesita; e a aquisição pela Experian (US\$ 1,2 bilhão) da Serasa.

Entre as empresas brasileiras com representação no Reino Unido, destacam-se: Banco do Brasil (que inclui a BB Securities); Banco Itaú Europa; Banco Votorantim; Petrobras; Noronha Advogados; TAM – Brazilian Airlines; Globo International Ltd; Instituto de Resseguros do Brasil IRB; Tristão Trading; Embraer; Marfrig; Friboi; Perdigão. Segundo os dados do United Kingdom Trade and Investment (UKTI), os investimentos brasileiros no Reino Unido teriam atingido o valor de US\$ 154 milhões.

Ressalte-se, ainda, o crescimento, nos últimos anos, do número de empresas britânicas de propriedade de brasileiros residentes e domiciliados no Reino Unido.

Perspectivas das relações econômico-comerciais

As tendências do comércio bilateral são de ampliação dos

fluxos comerciais. O comércio bilateral, entretanto, apresenta resultados aquém do potencial das duas economias. O Governo britânico tem dado claras demonstrações de interesse no mercado brasileiro, ao defini-lo como sendo mercado de importância estratégica, ao lado dos mercados chinês, indiano e mexicano. Para atingir a meta de ampliar a penetração britânica nesses mercados, o UKTI, agência de investimento do Governo britânico, alocou mais de 5 milhões de libras para a promoção de produtos. O UKTI possui, no momento, 45 funcionários trabalhando tempo integral em cinco escritórios no Brasil. A agência identificou potencial de exportações e investimentos britânicos no Brasil nas áreas de petróleo e gás natural, tecnologias de comunicação e informação, tecnologias ambientais, ciência e tecnologia e biotecnologia.

No tocante à ampliação da penetração de produtos brasileiros no mercado britânico, uma vez que tratar-se-ia de mercado aberto e extremamente competitivo, haveria duas opções para ampliar o fluxo de exportação de produtos e serviços do Brasil para o Reino Unido. A primeira delas seria a ampliação do volume dos produtos já exportados, o que requeriria a execução de uma estratégia de manutenção de nichos específicos. A outra alternativa seria conquistar mercado para novos produtos, o que demandaria a identificação de novos nichos, implementação de ações enfocadas e esforço mais integrado de promoção comercial no mercado britânico.

São igualmente positivas as perspectivas de ampliação dos investimentos britânicos no Brasil, uma vez que o cenário de crescimento sustentado da economia brasileira, e a valorização das commodities no mercado internacional, passaram a atrair interesse de novas áreas de investimento. São exemplos dessa tendência positiva a aquisição, em 2007, da Acesita pela Arcelor Mittal e da Serasa pela Experian. Constatamos, ainda, forte aumento no interesse de investimentos no mercado imobiliário no Brasil.

V - ACESSO AO MERCADO

1. Sistema tarifário

Território alfandegário do país

O território alfandegário compreende o Reino Unido da Grã-Bretanha (Inglaterra, Escócia e País de Gales) e a Irlanda do Norte, incluindo a Isle of Man e as Ilhas do Canal (Jersey, Guernsey, Alderney e Sark).

O Reino Unido, como país-membro da UE, aplica a Nomenclatura Combinada (NC) e a regulamentação da UE às importações originárias de terceiros países. A UE é uma união aduaneira e, portanto, não há barreiras tarifárias entre seus membros, que, por sua vez, adotam tarifas aduaneiras comuns às importações de terceiros países. Como consequência da política aduaneira comum, mercadorias importadas e colocadas em livre circulação no Reino Unido podem ser comercializadas livremente em qualquer país-membro da UE e vice-versa. Além disso, as quotas de importação também são determinadas e controladas pela UE.

O Brasil, como os demais países-membro da Organização Mundial do Comércio (OMC), beneficia-se, na UE, da pauta convencional. Aplica-se, também, no Reino Unido o Sistema Geral de Preferências (SGP).

Classificação de mercadorias

A Nomenclatura Combinada, baseada no Sistema Harmonizado de Designação e Codificação de Mercadorias, classifica as mercadorias com 8 dígitos, sendo utilizada tanto para fins estatísticos como para fins de tributação aduaneira. O Reino Unido faz parte, ainda, do INTRASTAT, sistema comum da UE que visa coletar dados estatísticos do comércio de mercadorias entre os países-membros.

Estrutura da tarifa

O conjunto de informações da "Tarifa Integrada do Reino Unido" segue o mesmo formato da "Tarifa Integrada das Comunidades Europeias" (TARIC). A TARIC estabelece a Nomenclatura Combinada e o conjunto de direitos aduaneiros, bem como a regulamentação comunitária aplicados por todos os países-membros, às importações de produtos de terceiros países.

A Tarifa britânica divide-se em 3 volumes:

- Volume 1: contém informações essenciais para importadores e exportadores, incluindo sistemas de isenções e reduções de impostos; contatos de organizações como o Departamento de Negócios, Empreendimentos e Reforma Regulatória (*Department for Business, Enterprise and Regulatory Reform - BERR*), Departamento de Meio Ambiente, Alimentação e Assuntos Rurais (*Department for Environment, Food and Rural Affairs - DEFRA*) e a Comissão Florestal (*Forestry Commission*). Contém explicações, também, sobre o imposto de consumo (*excise duty*), Quotas Tarifárias e assuntos similares;

- Volume 2: contém os 16000 códigos tarifários da Nomenclatura Combinada, divididos por capítulos, onde constam as tarifas de impostos e outras informações essenciais como licenças de importação e sistemas preferenciais;

-Volume 3: contém guia de preenchimento dos formulários de importação e exportação; a lista completa dos códigos de procedimentos alfandegários para importação e exportação; códigos de países e moedas; listas de portos e aeroportos e outras informações gerais sobre importação e exportação.

Acesso às informações da Tarifa estão disponíveis gratuitamente no website do *Business Link*, órgão do governo britânico que dá assistência a pequenas e médias empresas: <http://www.businesslink.gov.uk/bdotg/action/home?domain=www.businesslink.gov.uk&target=http://www.businesslink.gov.uk/&tc=000KW021413519>

Bases da incidência

Os direitos aduaneiros são estabelecidos com base *ad valorem*, sobre o valor CIF da mercadoria.

Isenções e reduções

De acordo com a legislação da UE, certas mercadorias beneficiam-se de isenções e reduções de imposto aduaneiro. O objetivo precípua da suspensão temporária do imposto aduaneiro é permitir maior competição à indústria dos países da UE em relação a produtos acabados importados de terceiros países não-comunitários. Ocorre a isenção ou redução quando há escassez de matéria-prima ou componentes na UE. Cabe lembrar que a classificação tarifária das mercadorias determina a incidência de impostos e suas alíquotas, bem como a necessidade de licença de importação e outros requisitos.

Impostos e taxas

Os impostos e taxas a serem recolhidos são os que seguem:

- Direitos aduaneiros: trata-se do imposto de importação, que varia entre 0 e 17%, de acordo com a classificação tarifária dos produtos;

- Imposto sobre Valor Agregado – IVA (*Value Added Tax*): a alíquota padrão é de 17,5%, aplicável a quase totalidade das mercadorias e serviços produzidos localmente ou importados (por determinação do Tesouro, a partir de 1 de dezembro de 2008, por período limitado, o IVA foi reduzido para 15%). Alguns produtos e serviços beneficiam-se de alíquota reduzida, de 5%, como, por exemplo, combustíveis domésticos, instalações que reduzem o consumo de energia e renovação de habitações, e produtos contraceptivos. Alguns produtos e serviços estão isentos ou têm uma taxa de nível zero, tais como produtos alimentícios (exceto bebidas e enlatados para animais de estimação), calçados e

roupas para crianças, livros, jornais, periódicos, mapas, remédios e acessórios para deficientes físicos.

- Imposto sobre Consumo (*Excise Duty*): o imposto sobre consumo aplica-se a três grupos específicos de produtos, bebidas alcoólicas, produtos a base de tabaco e combustíveis. As tarifas são determinadas de acordo com a natureza dos produtos.

- Direitos compensatórios: direitos compensatórios são tarifas aduaneiras aplicadas a mercadorias que receberam subsídios no país de origem.

- Direitos *anti-dumping*: trata-se de tarifa alfandegária que recai sobre mercadorias importadas a preços substancialmente inferiores ao seu valor comercial normal. Constitui-se uma taxa adicional ao imposto aduaneiro.

Sistema Geral de Preferências

O Sistema Geral de Preferências (SGP), criado em 1970, no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD), é um acordo de preferências tarifárias concedidas pela UE, unilateralmente, para produtos selecionados provenientes dos países em desenvolvimento, onde se inclui o Brasil.

As preferências tarifárias são diferenciadas em função da sensibilidade dos produtos. Os produtos não-sensíveis, ou seja, que não concorrem com a produção da UE, têm concessão de tarifa zero. Já os produtos sensíveis, em geral, recebem redução de 3,5 pontos percentuais da tarifa *ad valorem* ou redução de 30% da tarifa específica. Para produtos têxteis há uma redução de 20% da tarifa normalmente aplicável.

Para certos países, a UE considera que determinados setores produtivos são suficientemente competitivos para atuarem no mercado comunitário sem necessidade de reduções tarifárias. No caso do Brasil, atualmente os setores excluídos do SGP são os seguintes:

- setor industrial: couros e peles, papel, calçados, madei-



ra, produtos siderúrgicos e material de transporte;

- setor agrícola e agroindustrial: carnes e suas preparações, cafés, gomas, resinas e outras essências vegetais, produtos alimentícios industrializados e tabaco.

É possível verificar se um produto procedente e originário do Brasil recebe o tratamento preferencial no âmbito do SGP da UE por meio da [Tarifa Integrada da Comunidade - TARIC](#) (em português), através da NC do produto: http://ec.europa.eu/taxation_customs/dds/tarhome_pt.htm

Para que o importador beneficie-se das reduções tarifárias do SGP, é exigida a apresentação de um certificado de origem, denominado *Form A* (Formulário A). Este documento atesta o cumprimento dos requisitos de origem do produto. Trata-se de documento providenciado pelo exportador e emitido por agências do Banco do Brasil.

O atual esquema do SGP da UE está em vigor até 31 de dezembro de 2008, tornado público no Brasil por meio da Circular SECEX nº 2, de 5 de janeiro de 2006. As informações estão disponíveis no website do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC): <http://www.mdic.gov.br/sitio/interna/interna.php?area=5&menu=528>

2. Regulamentação da importação

Regulamentação própria do Reino Unido

Licenciamento

A política de importação do Reino Unido é basicamente liberal. Desde 1977, vigora o sistema de Licença Geral de Importação em Aberto (*Open General Import Licence*), sob o qual a maioria dos produtos podem ser importados sem necessidade de licença de importação. Equivale, portanto, na prática, a sistema de livre importação. Para as mercadorias não incluídas no regime de licença de importação em aberto, sujeitas a restrições e proibições, geralmente por motivos de saúde e segurança pública, é exigida uma Licença de Importação Individual (*Individual Import*

Licence). A lista completa das importações proibidas e sujeitas a restrições encontra-se no volume 1, parte 3 da Tarifa britânica. Consultas relativas a produtos específicos podem ser efetuadas junto ao *HM Revenue & Customs*. Alguns dos produtos sujeitos a licenciamento são produtos agrícolas, têxteis e de aço. As licenças de importação são concedidas por diferentes órgãos do governo britânico, de acordo com a natureza do produto. Algumas das licenças de importação britânicas mais comuns são:

- *Common Agricultural Policy (CAP) Licences*;
- *Convention for the International Trade in Endangered Species of Wild Fauna and Flora (CITES) Permits*;
- *Department for Business Enterprise & Regulatory Reform (BERR) Licences*;
- *Department for Environment, Food and Rural Affairs (DEFRA) Documents*;
- *European Commission Licences*;
- *Office of Communications (OFCOM) Licences*.

De outro lado, não são exigidas licenças de importação para amostras com ou sem valor comercial, bens importados para reparo e posterior reexportação e material impresso para publicidade ou divulgação em feiras ou eventos de promoção em geral (catálogos, folhetos, listas de preços, etc).

Os dados de contato para informações, bem como requisitos e procedimentos para solicitação das licenças de importação geralmente estão disponíveis nos websites das organizações. Informações sobre licenças de importação podem ser obtidas junto ao *HM Revenue & Customs*, informações gerais: +44 (0845) 0109000.

Importações proibidas ou restritas

No Reino Unido as importações absolutamente proibidas, para as quais não há exceções, são em número reduzido e não chegam a afetar a pauta de exportações brasileiras. A importa-

ção de uma variedade limitada de produtos originários de países específicos requer uma licença de importação emitida pelas autoridades Europeias. As restrições se aplicam basicamente a vestuário, produtos de aço, armas de fogo e munição. Certos produtos agrícolas só podem ser importados sob uma licença emitida pela *Rural Payments Agency* (Agência de Pagamentos Rurais) do Reino Unido.

Além disso, existem restrições quanto a importação de determinados produtos provenientes de qualquer país, que incluem drogas controladas, explosivos, material indecente ou obsceno, material nuclear, armas, equipamento de tortura, etc.

Conforme mencionado anteriormente, a lista completa das importações proibidas e sujeitas a restrições encontra-se no Volume 1, parte 3 da Tarifa britânica e podem ser consultados através do website do Business link ou junto ao Revenue & Customs.

Cabe notar que encontra-se, ainda, proibida pela União Europeia a importação de carnes suínas e ovinas, bem como de animais vivos oriundos do Brasil.

Importação via postal

Amostras de pequeno ou nenhum valor comercial podem ser importadas no Reino Unido isentas de tarifas alfandegárias; as amostras com valor comercial que permanecerem no país ficarão sujeitas ao pagamento de direitos de importação e IVA. A única exceção são as amostras de valor comercial admitidas em regime de importação temporária. Neste caso, o importador é reembolsado das taxas pagas quando da reexportação dos bens.

Bens destinados à exibição em feiras e exposições

Materiais para feiras e exposições no Reino Unido podem ser importados, em caráter temporário, conforme descrito anteriormente.

Em geral, utiliza-se para a importação temporária o sistema de *bonds* (garantia) providenciadas pelos despachantes credenciados pelos organizadores da mostra. Os bens apresentados nas feiras e exposições deverão ser reexportados no prazo máximo de um mês após o término do evento. Os direitos e taxas correspondentes deverão ser pagos no prazo de 45 dias, no caso de importação definitiva. Todavia, admite-se a destruição ou doação dos bens após o término do evento, com prévia autorização da Alfândega.

Regulamentação específica

Normas sanitárias e técnicas

Há, no Reino Unido, extensiva regulamentação aplicável a produtos comercializados no país, fabricados localmente ou importados. Os padrões britânicos são muito severos e aplicados com rigor, fato para o qual devem estar sempre atentos os exportadores brasileiros. Recomenda-se, antes de se iniciar a exportação de um novo produto, que sejam obtidas informações completas e atualizadas sobre as normas e padrões técnicos aplicáveis, por meio de consulta ao importador, agente ou consignatário, às autoridades britânicas competentes ou ao Setor de Promoção Comercial (SECOM) da Embaixada do Brasil em Londres.

No que se refere às normas sanitárias e fitossanitárias, as medidas europeias estão cada vez mais rígidas e, em alguns casos, representam obstáculos ao acesso de produtos agropecuários brasileiros no mercado comunitário. No caso de produtos de origem animal, por exemplo, a UE exige que os estabelecimentos exportadores de terceiros países atendam aos padrões comunitários de segurança alimentar e saúde pública e animal. Grande parte dos produtos de origem animal exportados para a UE devem ser provenientes de estabelecimentos cadastrados e habilitados pela Comissão Europeia. As empresas brasileiras que desejam exportar produtos agropecuários para os países da UE devem consultar o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

(MAPA) para informações atualizadas sobre como obter habilitação. Informações sobre as medidas sanitárias e fitossanitárias em vigor na UE poderão ser consultadas no endereço eletrônico: http://ec.europa.eu/dgs/health_consumer/index_en.htm

Embalagem e rotulação

Os rótulos e as etiquetas dos produtos a serem exportados para o Reino Unido devem indicar com exatidão a natureza e o conteúdo da embalagem, de modo que não se prestem a interpretação dúbia. Muito embora seja o importador o responsável pelo cumprimento da rotulagem, o exportador deverá seguir as instruções do importador, a fim de evitar problemas na entrada da mercadoria no país.

A matéria é regulamentada pelo BERR, que disponibiliza informações e guias gerais no seu website, através do link abaixo: <http://www.berr.gov.uk/whatwedo/consumers/buying-selling/Adprice/Product-labelling/index.html>

No caso de alimentos e produtos que entrem em contato diretamente com alimentos, a matéria é regulamentada pelo *Food Standards Agency* (FSA). Informações sobre normas e requisitos estão disponíveis no website da agência, através do link <http://www.food.gov.uk/foodlabelling/>.

Marcas e patentes


A regulamentação de marcas e patentes é realizada pela legislação de cada Estado-Membro da União Europeia.

No tocante às marcas comerciais, o Conselho Europeu adotou, em dezembro de 1988, diretiva que lhes atribui a mesma proteção em todos os Estados-Membros, a fim de facilitar a livre circulação de produtos e a livre prestação de serviços no espaço comunitário.

No Reino Unido, as consultas sobre o assunto devem ser

dirigidas a *Intellectual Property Office* (<http://www.ipo.gov.uk>), parte do *Department for Innovation, Universities & Skills*.

Marcação CE

A Marca CE é representada pelo símbolo . As letras CE correspondem a abreviatura da frase francesa *Conformité Européene* que significa "Conformidade Europeia".

A presença da Marca CE em um produto é a declaração de um fabricante que o produto atende as exigências essenciais da legislação europeia no que se refere a saúde, segurança e proteção ambiental, definidas nas diretivas do produto em questão. A marca CE indica, ainda, aos oficiais governamentais que o produto pode ser legalmente comercializado em todos os países-membros da UE.

O registro deverá ser efetuado por pessoa jurídica com endereço na UE. Os fabricantes brasileiros poderão nomear uma empresa europeia como seu representante, que se responsabilize pela aplicação da marca em todos os produtos. As informações sobre as diretivas da marcação CE estão disponíveis no site <http://ec.europa.eu/enterprise/newapproach/standardization/harmstds/reflist.html>

3. Documentação e formalidades

Embarques no Brasil

Os documentos exigidos nos embarques para o Reino Unido são:

- fatura comercial;
- conhecimento de embarque (*Bill of Lading*);
- certificado de origem para o SGP (quando aplicável);
- certificado sanitário ou fitossanitário (quando aplicável);
- outros certificados (quando aplicáveis).

O romaneio de embarque (*Packing List*) não é obrigatório, mas a sua apresentação facilita a liberação das mercadorias.

A fatura comercial, o conhecimento de embarque, o certificado de origem (para os produtos importados sob o regime preferencial do Sistema Geral de Preferências) e os demais certificados devem ser providenciados pelo exportador brasileiro e remetidos ao importador britânico, diretamente ou via remessa bancária.

Desembaraço alfandegário no Reino Unido

Para as mercadorias importadas e provenientes de países que não pertencem à UE, a declaração de importação é feita no formulário, conhecido por C88/SAD, pelo importador ou pelo agente de transportes quando as mercadorias chegam no país.

Todas as importações estão, em princípio, sujeitas à inspeção pelas autoridades aduaneiras no porto ou ponto de entrada. A liberação das mercadorias é imediata, após a inspeção, aceitação da documentação e pagamento dos tributos. Preenchidas as formalidades e pagos os impostos e taxas, as mercadorias serão consideradas como “em livre circulação”.

Recomenda-se utilizar empresas de despacho aduaneiro (*freight forwarders* ou *forwarding agents*) para acelerar o processo. Informações sobre empresas de despacho aduaneiro podem ser obtidas no website da principal associação do setor, *British International Freight Association* – BIFA: <http://www.bifa.org/Content/Home.asp>

Regime cambial

Não há restrições nem controle cambial às importações. Podem ser aceitos, sem restrições, créditos dos fornecedores, e os pagamentos são efetuados em qualquer moeda conversível.

4. Regimes especiais

Zonas Francas (*Free Zones*)

Atualmente há cinco locais no Reino Unido que gozam *status* de zona franca com facilidades aduaneiras:

- . Liverpool
- . Aeroporto de Prestwick
- . Southampton
- . Porto de Tilbury
- . Porto de Sheerness

Essas zonas são áreas dentro das quais as mercadorias vindas de terceiros países podem permanecer ou circular sem o pagamento de impostos aduaneiros ou IVA.

A incidência desses impostos torna-se obrigatória se as mercadorias saírem da zona para consumo doméstico, ou forem usadas ou consumidas dentro da zona franca. Todo suprimento de mercadoria ou serviços dentro destas zonas estão igualmente sujeitos à incidência da IVA.

Maiores informações estão disponíveis no website do *HM Revenue & Customs* no link:

http://customs.hmrc.gov.uk/channelsPortalWebApp/channelsPortalWebApp.portal?_nfpb=true&_pageLabel=pageLibrary_ShowContent&id=HMCE_CL_000241&propertyType=document

Depósitos Alfandegário (*Customs Warehouses*)

O Reino Unido permite a armazenagem de mercadorias em depósitos alfandegários, sem o pagamento de impostos, por período determinado. Os armazéns podem ser públicos ou privados, sendo permitidas somente operações simples de manuseio, que não envolvam transformação (reembalagem, rotulagem, separação ou mistura, empacotamento, conservação e outros).

As mercadorias oriundas de terceiros países podem ser armazenadas fisicamente em depósitos alfandegários ou registradas através de um sistema de inventário, devidamente apro-



vado pelo *HM Revenue & Customs*. Os tributos de importação, e o imposto interno IVA, devem ser pagos quando a mercadoria é colocada em circulação em qualquer parte do território do Reino Unido.

Drawback

No regime de *drawback*, as mercadorias podem ser reimportadas no Reino Unido com isenção total ou parcial do imposto aduaneiro, se foram exportadas originalmente sob o regime "*Outward Processing Relief*", que é regulamentado pela *Notice 235*, de abril de 2005. A fim de simplificar o sistema, o comprovante da exportação, obtido junto às autoridades alfandegárias, deve ser apresentado na ocasião da reimportação ao país. Informações estão disponíveis no link: http://customs.hmrc.gov.uk/channelsPortalWebApp/channelsPortalWebApp.portal?nfpb=true&pageLabel=pageTravel_ShowContent&id=HMCE_CL_000225&propertyType=document#downloadopt

Admissão temporária

Isenção de impostos aduaneiros, gravames agrícolas e impostos anti-dumping são aplicados às mercadorias que são temporariamente importadas pelo Reino Unido.

Para obter as isenções sob o regime TI (*Temporary Importation*), que podem ser parciais ou totais, deve-se provar que as mercadorias são destinadas à reexportação, dentro de um prazo de, no máximo, dois anos. Não há isenção do imposto sobre consumo (*excise duty*).

As mercadorias não devem passar por nenhum processo de transformação, beneficiamento, nem conserto ou restauração, que não seja para sua necessária manutenção, de forma a conservá-las no estado em que foram importadas para o Reino Unido.

São consideradas passíveis de aplicação do regime: mer-

cadorias destinadas a feiras, competições esportivas ou exposições; equipamentos médicos, pedagógicos ou científicos, atendidas as devidas condições; amostras ou mercadorias para testes ou experimentos, sem fins lucrativos.

Mais informações estão disponíveis no link: http://customs.hmrc.gov.uk/channelsPortalWebApp/channelsPortalWebApp.portal?nfpb=true&pageLabel=pageVAT_ShowContent&id=HMCE_CL_000220&propertyType=document

Mercadorias a serem reexportadas com modificações – IPR (*Inward Processing Relief*)

Mercadorias podem ser importadas do Brasil sem pagamento de impostos aduaneiros e gravames agrícolas quando forem utilizadas por indústrias da UE, na elaboração de produtos acabados a serem exportados para terceiros países.

Há dois procedimentos possíveis sob o regime do IPR:

- suspensão do pagamento dos impostos aduaneiros e gravames;
- drawback, segundo o qual os impostos aduaneiros e gravames agrícolas são pagos quando da importação e restituídos quando o produto é exportado. Se a quantidade de mercadorias importadas sob o regime IPR for superior ao necessário à exportação para terceiros países, o importador ou agente deverá pagar os impostos alfandegários e IVA suspensos, bem como direitos compensatórios, datando da entrada das mercadorias na Comunidade Europeia, para que estas sejam postas em livre circulação.

Em qualquer das hipóteses, suspensão ou drawback, deve haver a intenção de reexportar e uma autorização para a entrada das mercadorias sobre este regime. Há cinco diferentes tipos de autorização, utilizadas em função das mercadorias, do seu valor, entre outros requisitos.

Assim como no regime de admissão temporária, as mercadorias sob o regime IPR, não são isentas do imposto sobre o con-



sumo. Os produtos obtidos poderão ser exportados para terceiros países, colocados em armazéns alfandegários ou zona franca em país-membro da UE, ou encaminhados para trânsito através de outros países-membros com destino final fora da Comunidade.

Mercadorias em trânsito - Sistema de Trânsito Comunitário (TC)

O sistema de trânsito comunitário é um procedimento alfandegário da União Europeia que permite o movimento, em sua jurisdição, de mercadorias que não foram tributadas.

O responsável pelo procedimento deve completar declaração de trânsito comunitário (formulário SAD) e apresentar as mercadorias na Alfândega do país em que chegaram.

Para completar o trânsito, as mercadorias e os documentos de trânsito devem, dentro do prazo, ser apresentados na Alfândega do país de destino, que irá, em seguida, certificar a Alfândega do país de chegada.

Os mesmos procedimentos e documentação são utilizados na movimentação de mercadorias para os países da Associação Europeia de Livre Comércio – EFTA. Mais informações podem ser obtidas no link: http://ec.europa.eu/taxation_customs/customs/procedural_aspects/transit/common_community/index_en.htm

A maioria das mercadorias produzidas na UE, quando movimentadas dentro de seu território, não requerem comprovante ou documentos de trânsito comunitário.

VI – ESTRUTURA DE COMERCIALIZAÇÃO

1. Canais de distribuição

Os principais canais de distribuição do setor de importação são:

Agentes ou representantes – os elementos mais tradicionais do setor importador britânico podem trabalhar com representação exclusiva ou não, e são, geralmente, o elemento de ligação entre o exportador e o importador local. Possuem conhecimentos específicos de mercado em relação à gama de produtos com que operam, o que lhes permitem, geralmente, uma colocação rápida e eficiente das mercadorias importadas. Sua atuação limita-se às negociações entre o exportador e o importador britânico, podendo excepcionalmente fazer, também, o acompanhamento da mercadoria até o destinatário, cobranças e outros serviços. Por esse trabalho, o agente cobra comissão que, em termos práticos, pode variar de acordo com o valor da transação.

Importadores – responsáveis pela organização propriamente dita da importação, respondendo pela parte de liberação, manuseio e entrega ao destinatário da mercadoria. Os importadores normalmente cobram uma comissão sobre o valor da operação, porém o percentual pode variar de acordo com seu grau de envolvimento.

Distribuidores – são os responsáveis pelo recebimento da mercadoria das mãos do importador e por sua posterior distribuição aos atacadistas. Sua remuneração varia dependendo do grau de envolvimento necessário quanto ao manuseio ou armazenamento das mercadorias.

Atacadistas – responsáveis pela estocagem e distribuição dos produtos aos varejistas. Normalmente têm equipe de vendas, frota de entrega e outros serviços. Também fazem fra-

cionamento das mercadorias, para atender às diversas necessidades dos varejistas. Cobram comissões de acordo com a extensão do trabalho.

Varejistas – responsáveis pela etapa final do processo de comercialização. Também respondem, legalmente, pela qualidade da mercadoria e, em caso de devolução, devem atender às exigências do consumidor, que possui amplos direitos no mercado britânico, definidos no *Sale of Goods Act*. Por esse motivo, e ainda outros como fracionamento, exposição e manuseio intenso dos produtos, operam com a margem mais elevada dentro dos canais de comercialização. Nessa categoria estão incluídas as lojas múltiplas (cadeias de lojas), lojas de departamentos e lojas independentes.

O mercado britânico, devido a suas próprias características de mercado tradicional, altamente competitivo, amplo, sofisticado e exigente, impõe inúmeras variações à estrutura de comercialização acima descrita. Assim, o canal de distribuição acaba por se adaptar às particularidades dos produtos.

No caso de algumas lojas de departamentos e grandes supermercados, importa-se diretamente do país fornecedor, através de agente específico, que trabalha com exclusividade para estes varejistas.

Canais recomendados às empresas brasileiras

Tendo em vista a grande variedade de produtos importados e comercializados pelo Reino Unido, torna-se impraticável a recomendação de canais ideais a título genérico. Os empresários brasileiros devem, portanto, solicitar informações relativas aos canais mais adequados a seus produtos, em cada caso, mediante consulta ao SECOM da Embaixada do Brasil em Londres.

Compras governamentais

Compras governamentais são monitoradas pelo *Office of*

Government Commerce — OGC, departamento do *Her Majesty Treasury* – HMT, que recomenda normas e instrui órgãos do governo envolvidos em compras públicas. Tais práticas são reguladas pelas Diretrizes de Compras Públicas e pelo Tratado da União Europeia. O Regulamento de Compras Públicas britânico implementa as diretrizes europeias, a saber: *Directive 2004/17/EC*, *Directive 2004/18/EC*, *Public Contracts Regulations 2006 SI 2006 N° 5* e *Utilities Contracts Regulations SI 2006 N° 6* e suas respectivas alterações. O texto completo desta legislação está disponível no site do OGC www.ogc.gov.uk

2. Promoção de vendas

A publicidade comercial no Reino Unido é geralmente planejada e executada através de agências especializadas, que oferecem serviços diversos a seus clientes, inclusive “marketing”, pesquisas de opinião pública, desenvolvimento de produtos e relações públicas.

Cabe notar que a publicidade no Reino Unido é amplamente regulamentada, tanto por dispositivos legais quanto por normas voluntárias, estabelecidas pelas empresas publicitárias e de comunicação, em função de padrões éticos locais. É recomendável conhecimento prévio do Código Britânico de Prática de Propaganda (*British Code of Advertising Practice* – CAP) disponível no site da *Advertising Standard Authority* (www.asa.org.uk).

Os gastos relativos a publicidade são, em geral, elevados, principalmente os relacionados a anúncios de televisão. O SECOM da Embaixada do Brasil em Londres está equipado para ajudar o empresário brasileiro a divulgar e promover seus produtos e conta com instalações específicas para exposições, seminários e entrevistas com empresários locais, projeções de filmes de publicidade e outros serviços.

Feiras e exposições

Além da publicidade, a forma mais eficiente e mais utiliza-

da de promoção de produtos no mercado britânico são as feiras e exposições especializadas, com alcance nacional e, muitas vezes, internacional (União Europeia, países da África, Ásia e Caribe mais ligados ao Reino Unido). Esses eventos são realizados regularmente, em geral com periodicidade anual, principalmente em Londres e em Birmingham, cidade onde se localiza um grande e moderno centro de exposições, o *National Exhibition Centre-NEC*.

O regime alfandegário aplicável às mercadorias exibidas em feiras e exposições no Reino Unido é o da importação temporária, com suspensão de direitos e taxas. As mercadorias poderão ser usadas ou expostas por um período de 24 meses, renováveis antes de seu vencimento, sujeito a aprovação das autoridades alfandegárias - *Her Majesty Revenue and Customs*, conforme estabelecido na *Commission Regulation (EEC) N° 2454/93, article 576 (1)*.

Veículos publicitários

O Reino Unido é um dos países europeus com maior tiragem de jornais diários, de âmbito nacional ou regional. Os grandes jornais diários, bem como os jornais dominicais, atingem todo o país com tiragens de vários milhões de exemplares. Dentre os diversos jornais de circulação nacional, destacam-se os seguintes: *Daily Express*, *The Guardian*, *The Independent*, *Daily Mail*, *Daily Mirror*, *The Daily Telegraph*, *The Times* e *The Sun*. O *Financial Times*, diário especializado em economia, comércio e finanças é considerado um dos melhores jornais mundiais do ramo, e publica periodicamente suplementos especiais sobre países e assuntos específicos. A relação de jornais encontra-se no anexo.

A publicidade nos jornais diários e nos “*London evenings*” é particularmente eficiente, por atingir diretamente público leitor de bom poder aquisitivo, seja em nível nacional, seja em Londres, principal centro econômico do país. Os periódicos comerciais, técnicos e profissionais, em geral com distribuição nacional,

constituem veículos publicitários de grande importância. Dentre as principais revistas sobre política, economia, finanças e outros assuntos, destacam-se *The Economist*, *New Statesman*, *Spectator* e *Tribune*.

Toda a publicidade televisiva e radiofônica é feita em emissoras privadas, por ser proibida nas emissões de rádio e televisão da *British Broadcasting Corporation* - BBC. Aproximadamente 85% dos lares britânicos possuem televisão digital e 64% têm acesso à internet, enquanto as emissões de rádio e televisão analógicas alcançam praticamente todo o país.

Consultoria de marketing

A contratação de serviços de consultoria de marketing não apresenta dificuldades no Reino Unido, por ser grande o número de empresas, competentes e idôneas, que oferecem todos os serviços especializados nesse setor.

Por se tratar de investimento geralmente elevado, é conveniente que a contratação de serviços de consultoria somente seja feita quando, em função de levantamentos e informações preliminares, o produto pareça ter boas possibilidades de penetração ou ampliação de mercado, em virtude do preço competitivo, qualidade, tarifa aduaneira e características de demanda. Dados básicos preliminares sobre o mercado britânico poderão ser obtidos no website da rede de promoção comercial do Ministério das Relações Exteriores *Braziltradenet* (www.braziltradenet.gov.br) ou mediante consulta direta ao SECOM em Londres.

Em fase posterior, poderá ser contratada uma empresa consultora de marketing. Para seleção prévia de empresa adequada para a pesquisa, sugere-se, igualmente, consulta aos mesmos órgãos, ou ainda à entidade de classe das empresas britânicas de consultoria de marketing, *The Market Research Society* (www.mrs.org.uk).

3. Práticas comerciais

Negociações e contratos de importação

Correspondências, propostas, contratos e entendimentos, inclusive os contatos pessoais com empresários britânicos, deverão ser sempre em inglês. Dois outros pontos importantes devem ser salientados no relacionamento com as empresas do Reino Unido: a pontualidade e a cortesia, que são características fundamentais da ética comercial britânica.

Os importadores dão grande valor à rapidez nas respostas a consultas, mesmo em caso de resposta negativa. As condições de preço em base CIF são geralmente preferidas pelos importadores britânicos. O uso de *e-mail* é extremamente difundido. É da maior relevância o rigoroso cumprimento dos prazos de entrega estipulados, ou o cuidado em manter o importador informado de circunstâncias que possam interferir no fluxo previsto de entregas das mercadorias. É sempre aconselhável obter a concordância do importador, por escrito, sobre quaisquer alterações inevitáveis em cronogramas de produção ou de embarque.

Os termos de pagamento podem ser negociados, no entanto os empresários do Reino Unido não têm por hábito trabalhar com cartas de crédito, dando preferência a ordens de pagamento à vista ou a prazo. Em alguns casos, por exigência do exportador brasileiro, as firmas britânicas, em operações iniciais, concordarão com uma carta de crédito irrevogável, mas, com o desenvolvimento das negociações, procurarão obter condições mais favoráveis.

Do ponto de vista do exportador brasileiro, pagamento em conta corrente (*open account*) é o método de pagamento menos recomendado e deve ser considerado apenas quando o exportador tiver confiança plena que o pagamento será recebido. É imprescindível especificar claramente o vencimento (o número de dias depois da data da fatura), o nome, a referência eletrônica do banco e o número da conta para qual deve ser enviado



o pagamento. Alternativamente, pode-se solicitar o emprego do sistema *Swift (Society for World Interbank Financial Telecommunications)*.

É aconselhável obter seguro ao crédito na exportação contra riscos do importador (insolvência, falta de pagamento ou recusa em aceitar mercadorias).

Designação de agentes

A designação de agente ou representante local é, em muitos casos, uma das melhores formas de penetração no mercado britânico, principalmente para exportadores que estejam iniciando suas operações no Reino Unido ou que pretendam introduzir novos produtos. No entanto, a seleção de um agente profissionalmente competente, ativo e idôneo deverá ser feita de forma muito cuidadosa, visto que o sucesso da entrada no mercado depende, em grande parte, da atuação do agente ou representante comercial.

Os contratos de agenciamento no Reino Unido estão sujeitos às determinações das seguintes leis: *European Directive 86/653/EEC, Commercial Agents (Council Directive) Regulations 1993 (Statutory Instrument No 1993/3053* modificado pelo *Statutory Instrument 1993/3173*) e *The Commercial Agents (Council Directive) (Amendment) Regulations 1998*.

A legislação favorece os agentes no que se refere ao pagamento das comissões e, em caso de terminação do contrato, do pagamento de indenização por prejuízos. Por isso, o contrato deve ser submetido previamente ao parecer de um advogado experiente na área internacional, a fim de evitar posições conflitantes, omissões ou cláusulas duvidosas.

Quanto à questão da exclusividade para o agente, é conveniente que esta concessão só seja dada após um período razoável de experiência, a fim de que a empresa brasileira esteja em condições de avaliar efetivamente o desempenho profissional do agente.

Os exportadores brasileiros poderão obter ajuda na seleção de agentes recorrendo a *The Manufacturer's Agents' Association* (www.themaa.co.uk).

Abertura de escritório de representação comercial

Em relação à abertura de filial ou escritório de representação direta no Reino Unido, é aconselhável que a alternativa seja considerada pelas empresas brasileiras após consolidação de sua posição no mercado britânico, desde que hajam perspectivas favoráveis reais de ampliação ou diversificação das vendas.

Em todos os casos, a abertura de filiais ou escritório de representação deverá ser precedida de estudos sobre as formas e as condições legais para instalação de firma local, bem como sobre os aspectos fiscais (o imposto de renda é elevado), salariais e trabalhistas. Os serviços de um advogado especializado serão indispensáveis para esse fim.

Seguros e supervisão de embarques

Os embarques destinados ao Reino Unido são geralmente cobertos por seguro, a fim de proteger o exportador (caso da venda CIF) e o importador ou consignatário (caso da venda FOB) contra eventual dano ou perda. Uma das formas de seguro de transporte mais utilizadas é a apólice em aberto, para uma série de embarques, sendo cada um deles coberto por certificado individual.

Quanto à supervisão da carga, as autoridades alfandegárias britânicas encarregam-se normalmente da inspeção, que é efetuada por amostragem.

Financiamento das importações

Vários tipos de financiamento são disponíveis aos importadores britânicos, entre os quais: a) uso de crédito de conta corrente para pequenas quantias; b) desconto de fatura comer-



cial para valores iguais ou maiores que £100.000,00; c) linha de crédito com despachantes para cobrir seus custos de transporte e outras modalidades.

Instituições financeiras especializadas no financiamento de importação (*import finance companies*) também oferecem uma gama de opções de financiamento adequadas às circunstâncias de cada importador. Informações destas instituições podem ser obtidas com a *Finance and Leasing Association* (www.fla.org.uk).

Litígios e arbitragem comercial

O contrato de importação deve determinar exatamente qual será a forma de resolução de litígio comercial a ser adotada, especificando de qual país será seguida a lei. Inclusão de cláusula de arbitragem é de praxe nos contratos comerciais, sobretudo quando o relacionamento com o fornecedor estrangeiro for ainda recente. Caso não seja possível, ou previsto pelas partes, o recurso à arbitragem, o litígio será resolvido pela Corte Comercial da Inglaterra, de acordo com as leis e costumes britânicos.

No caso de disputa, recomenda-se que, quando possível, a contratação de consultoras em mediação para solucionar o litígio. O *Chartered Institute of Arbitrators* pode aconselhar quando da contratação de consultoras de mediação associadas ao Instituto (www.arbitrators.org).

VII - RECOMENDAÇÕES ÀS EMPRESAS BRASILEIRAS

1. Acesso ao mercado britânico

O mercado do Reino Unido é sofisticado e de difícil penetração. Acentuada concorrência, resultado do alto padrão de vida da população e dos hábitos e preferências dos consumidores, sofisticação dos canais de distribuição e tradição e experiência dos importadores britânicos no mercado internacional contribuem para que o mercado britânico seja extremamente competitivo. A penetração nesse mercado deverá ser feita, portanto, em bases essencialmente profissionais, com conhecimento adequado prévio das condições institucionais de acesso (tarifa, regulamentação de importação, normas e padrões sanitários e técnicos, documentação de embarque, entre outros) e das formas de comercialização no país (estrutura e funcionamento dos canais de distribuição, adequação de produtos e embalagens, ética comercial, negociações e contratos de importação, designação de agentes ou representantes locais).

O Reino Unido, como Estado-Membro da União Europeia, aplica a Nomenclatura Combinada (NC) e a regulamentação da União Europeia às importações originárias de terceiros países. O Brasil, como os demais membros da OMC, beneficia-se, na União Europeia, da pauta "convencional". Aplica-se, ainda, no Reino Unido, o Sistema Geral de Preferências (SGP) da União Europeia, pelo qual são concedidas reduções ou isenções às importações originárias dos países em desenvolvimento, entre os quais o Brasil se inclui. Um aproveitamento maior das concessões do SGP pelo Brasil poderá permitir melhor grau de competitividade às exportações brasileiras para a UE, em geral, e para o mercado britânico em particular. É conveniente, portanto, que as empresas brasileiras se informem, previamente, sobre a estrutura e funcionamento do SGP, bem como sobre os produtos beneficiados por esse sistema preferencial e respectivas formalidades, tais como o certificado oficial de origem, exigido nos países da União

Europeia.

De forma geral, a regulamentação básica de importação da União Europeia, extensiva ao Reino Unido é bastante liberal, não exigindo licenciamento ou impondo restrições quantitativas à maior parte das importações. Por outro lado, existe no Reino Unido vasta e complexa regulamentação técnica, que abrange normas e padrões sanitários, de segurança, de qualidade e de proteção ao consumidor, aplicável a grande parte dos bens de consumo não-duráveis e duráveis, bem como aos bens de capital comercializados no país. A entrada no mercado britânico exige, por parte das empresas exportadoras estrangeiras, estrita observância destas normas e padrões, cuja aplicação e fiscalização é das mais severas.

2. Informações sobre tarifas e regulamentação de importação

Diversos websites contêm informações atualizadas sobre tarifas e regulamentação de importação no Reino Unido. Recomendam-se especialmente os dois a seguir:

New Approach – <http://www.newapproach.org> (em inglês)

Trata-se de informações sobre padronização e regulamentação de produtos na União Europeia. O website do *New Approach* foi criado pela Comissão Europeia, em conjunto com três instituições de padronização na Europa: Comitê Europeu de Padronização (<http://www.cen.eu>), Comitê Europeu de Padronização Eletrotécnica (<http://www.cenelec.eu>) e Instituto Europeu de Padronização de Telecomunicações (<http://www.etsi.eu>). A lista de produtos que exigem padronização para ingresso na Comunidade Europeia, assim como as diretivas que os regulam, estão disponíveis em <http://www.newapproach.org/directives/directivelist.asp>. As informações sobre as diretivas estão disponíveis em todas as línguas dos países da Comunidade Europeia, incluindo o português.

Business Link/International Trade – [RECOMENDAÇÕES ÀS EMPRESAS
BRASILEIRAS](http://www.business-</p></div><div data-bbox=)

link.gov.uk (em inglês)

Trata-se de órgão oficial do governo britânico para apoio ao comércio, importação, exportação e negócios internacionais. Contém informações simplificadas sobre importação no Reino Unido, incluindo ferramentas interativas, códigos tarifários e processos burocráticos nos órgãos britânicos.

No Brasil, informações sobre tarifas e regulamentação de importação podem ser obtidas junto à Divisão de Informação Comercial (DIC) do Ministério das Relações Exteriores (MRE), em Brasília.

No Reino Unido, os empresários brasileiros podem recorrer ao SECOM da Embaixada do Brasil em Londres.

3. Documentação de embarque

Uma atenção particular deverá ser dedicada pelo exportador ao preparo e preenchimento da documentação de cada embarque. Não há exigência de fatura comercial de modelo especial ou de visto consular, mas tão somente de certificado padronizado de origem para produtos abrangidos pelo SGP, e de outros eventuais certificados sanitários ou de segurança ou qualidade, conforme o produto, além do conhecimento de embarque usual. A documentação deverá ser preenchida em inglês, com descrição correta e clara das mercadorias. O preenchimento incorreto dos formulários pode acarretar na recusa de entrada dos produtos no país.

4. Canais de distribuição

Os canais de distribuição são bastante sofisticados. Sendo assim, é conveniente que os exportadores brasileiros procurem informar-se sobre os canais de distribuição mais adequados a seus produtos. Os órgãos e entidades já mencionados estão em condições de orientar as empresas brasileiras nesse particular.

5. Promoção de vendas

A promoção de vendas no Reino Unido é feita principalmente por meio da imprensa escrita, bem como da televisão e do rádio, além dos cartazes e *outdoors*. Destaca-se, ainda, a indexação paga em websites de busca, como Google e Yahoo. Dessa forma, a empresa é mostrada no início da lista de resultados desses websites em uma pesquisa com o nome do produto vendido ou do serviço prestado. De forma geral, as despesas com publicidade são custeadas pelo importador, agente ou representante britânico, porém com participação variável da empresa produtora ou exportadora estrangeira.

Uma das formas mais eficientes de promoção para produtos estrangeiros são as feiras e exposições. A participação de empresas brasileiras nesses eventos deverá ser sempre bem planejada e organizada (amostras representativas, boa documentação em inglês, lista de preços CIF, representantes com bom conhecimento do produto e domínio competente do inglês). É aconselhável que a empresa exportadora mantenha um website em inglês antes de participar desses eventos. No caso da empresa exportadora não dispor de um distribuidor ou representante no Reino Unido, é importante que mantenha um profissional, no Brasil, capaz de atender demandas por telefone ou e-mail em inglês.

6. Serviços de consultoria de marketing

Existe no Reino Unido grande número de empresas de consultoria de marketing, competentes e idôneas, cujos serviços poderão ser contratados pelas empresas exportadoras brasileiras. Sugere-se, entretanto, que se recorra a serviços especializados de marketing quando as informações preliminares sobre o mercado britânico indiquem perspectivas realmente favoráveis de colocação de produtos. O SECOM de Londres pode fornecer informações preliminares, como, entre outras, crescimento ou declínio de importações, novos regulamentos e restrições.

7. Práticas comerciais

As duas regras essenciais no trato com empresas britânicas são a cortesia e a pontualidade. Assim, todas as correspondências deverão sempre ser respondidas com possível brevidade, e os prazos de entrega rigorosamente respeitados. A utilização do inglês é indispensável nas negociações e correspondências com firmas e empresários britânicos.

As cotações de preços usuais no mercado importador britânico são, de preferência, CIF ou CFR, com pagamento em dólares norte-americanos, euros, libras esterlinas ou outra moeda conversível. As cartas de crédito irrevogáveis somente são bem aceitas nas operações iniciais; nas transações posteriores, quando houver maior confiança mútua, o importador britânico terá certa relutância em pagar à vista e procurará obter condições de crédito mais favoráveis por parte do exportador.

8. Designação de agentes

A utilização de agentes é particularmente recomendável na fase inicial de penetração no mercado ou de introdução de novos produtos, desde que o agente designado possa cobrir as principais áreas de marketing do Reino Unido. A seleção do agente merecerá particular atenção, bem como os termos do contrato de agenciamento. Convém, inclusive, solicitar o parecer de um advogado especializado na matéria. A exclusividade de vendas no país e a eventual subcontratação de agentes ou representantes regionais só deverão ser consideradas quando os produtos já tiverem razoável penetração no mercado britânico e mostrarem potencial para ampliação das vendas.

9. Reclamações, litígios e arbitragem comercial

As empresas britânicas preferem solucionar litígios, sempre que possível, de forma amigável. Não havendo entendimento entre as partes envolvidas, os litígios serão resolvidos pela Corte Comercial da Inglaterra, de acordo com as leis e costumes britânicos.

10. Viagens de negócios

As viagens de negócio ao Reino Unido devem ser programadas com antecedência, evitando-se a segunda quinzena de dezembro, a época da Páscoa e o período de férias de verão na Europa (julho a meados de setembro). É comum que as empresas a serem visitadas estejam situadas fora de Londres, devendo-se levar em conta esse fato ao planejar a duração da estadia. É aconselhável que as reservas de hotel sejam feitas, ao menos, com três a quatro semanas de antecedência. Poderão ser utilizados os serviços do SECOM de Londres para o programa de contatos (marcação de entrevistas) e outras facilidades (reservas de hotel, contratação de serviços de tradução) ou da Divisão de Operações de Promoção Comercial (DOC) do Ministério das Relações Exteriores, em Brasília.

11. Assistência profissional, no Reino Unido, aos empresários brasileiros

Os principais serviços de apoio ou informação para empresas brasileiras no Reino Unido são os seguintes:

a) **Setor de Promoção Comercial** da Embaixada do Brasil em Londres. O SECOM Londres está em condições de atender a consultas de empresas brasileiras por e-mail, fax, carta, telefone ou entrevista pessoal e de prestar assistência e apoio aos empresários nacionais em seus contatos com empresas britânicas. Poderá prestar informações, em particular, sobre: condições de comercialização e canais de distribuição para produtos específicos, oportunidades comerciais, relação de importadores selecionados, empresas locais interessadas em *joint ventures*, relação de nomes de agentes comerciais, esclarecimento sobre tarifas e regulamentos de importação e outras disposições legais. Está também a cargo do SECOM a organização da participação oficial brasileira em feiras e exposições internacionais realizadas no país, ou de mostras especializadas, quando possível, dependente de agenda, em suas dependências. Os serviços prestados diretamente pelo SECOM são sempre gratuitos;



b) Bancos locais (incluindo brasileiros, como o Banco do Brasil) – informações gerais sobre o mercado britânico, informações sobre investimentos e regulamentação cambial, informações cadastrais em geral e, eventualmente, oportunidades comerciais. Vários bancos locais mantêm serviços especializados em comércio exterior;

c) Entidades de classe locais – informações mercadológicas em geral e sobre um ramo ou setor de atuação, oportunidades comerciais, indicação de empresas importadoras selecionadas, etc.

d) *H.M. Customs and Excise* (<http://www.hmrc.gov.uk>) – informações gerais sobre tarifas e regulamentação de importação, bem como sobre posições tarifárias, alíquotas e taxas aplicáveis a produtos específicos no Reino Unido;

e) *Department for Business, Enterprise & Regulatory Reform (BERR)* (<http://www.berr.gov.uk>) – informações gerais sobre tarifas e legislação, bem como sobre casos de *dumping* ou subsídios; informações sobre comércio, indústria e economia do Reino Unido e orientação sobre os órgãos ou entidades competentes para prestar informações específicas sobre determinados assuntos ou produtos.

ANEXOS

I - ENDEREÇOS

1. Órgãos oficiais

1.1 No Reino Unido

a) Representação diplomática e consular brasileira

Embassy of Brazil (Embaixada do Brasil)
32 Green Street
Mayfair
London W1Y 4AT
Tel: +44 (020) 7399-9000
Fax: +44 (020) 7399-9100 (geral)
E-mail: info@brazil.org.uk
Website: <http://www.brazil.org.uk>
Horário: 9h às 18h (dias úteis)

Commercial Section
(Setor de Promoção Comercial – SECOM)
(O mesmo endereço da Embaixada)
Tel: (0200 7399 9224
Fax: (020) 7399 9102
secom@brazil.org.uk
Horário: 9h às 18h (dias úteis)

Consulate General of Brazil in London
(Consulado Geral do Brasil)
3 Vere Street
London W1G 0DH
Tel: +44 (0)20 7659 1550
Fax: +44 (0)20 7659 1554
Email: info@consbraslondres.com
Website: www.consbraslondres.com

Horário: 9h30 às 16h30 (dias úteis)

Consulado Honorário em Cardiff
Jurisdição: País de Gales
Cônsul honorária: Ms Lolita Margareta Tsanaclis
c/o 1 Pentwyn Business Centre
Cardiff CF23 7HB
Fax: 029 2073 5036
E-mail: LolitaTsanaclis@tricho-tech.co.uk

Consulado Honorário em Glasgow
Jurisdição: Cidade de Glasgow
Cônsul honorário: Mr James Forrest Alexander
25 Broomvale Drive
Newton Mearns
Glasgow, Scotland G77 5NW
Telephone: +44 (0)141 585 7887
E-mail: falexander39@btinternet.com

Vice-Cônsul Honorário:
Mr Ronald Fraser Munro MacDonald
Flat 6D, 18 Stockiemuir Avenue
Bearsden, Glasgow G61 3JL
Telephone: +44 (0)141 942 8966
E-mail: ronniemacdonald1@hotmail.com

Consulado Honorário em Manchester
Jurisdição: Área da Grande Manchester
(Greater Manchester)
Cônsul Honorário: Mr Christopher Michael Wall
35 Hawthorn Road
Bamford
Rochdale OL11 5JQ
Telephone: +44 (0)1706 750701
Celular: +44 (0)7954433169
E-mail: wall496@hotmail.com



Consulado Honorário em Edimburgo
Jurisdição: Regiões de Lothian (Distritos de Edinburgh City, West Lothian, Midlothian e East Lothian, Central (Distritos de Stirling, Clackmannan e Falkirk) e Fife (Distritos de North-East Fife, Kirkcaldy e Dunfermline)
Cônsul honorário: Mr Alastair Wallis
Tel: +44 (0)7932 673 195 (celular)
E-mail: alastairwallis@yahoo.co.uk

b) Comissões militares

Comissão Naval Brasileira na Europa (CNBE)
170 Upper Richmond Road, Putney
London SW15 2SH
Tel: +44 (0)20 8246-4400
Fax: +44 (0)20 8246 4469
E-mail: webmaster@cnbe.mar.org.uk

Comissão Aeronáutica Brasileira na Europa (CABE)
16 Great James Street
London WC1N 3DP
Tel: +44 (0)20 7440 4320
Fax: +44 (0)20 7831 8129
E-mail: cabeuropa@netscape.net
Cel Aviador Helio Severino da Silva Filho

c) Órgãos oficiais britânicos de interesse para os empresários brasileiros

Department of Business, Enterprise & Regulatory Reform (Departamento de Negócios, Empreendimento e Reformas Regulatórias)
Responsável pela implementação da política industrial e comercial no país, comércio internacional, marcas e patentes, regulamentação do funcionamento das empresas, proteção ao consumidor.

1 Victoria Street
London SW1H 0ET
Tel: +44 (0)20 7215 5000
Fax: +44 (0)20 7215 0105
E-mail: enquiries@berr.gsi.gov.uk
Website: www.berr.gov.uk

UK Trade & Investment (Agência de Comércio e Investimento)
"Brazil Team Officer"
Kingsgate House
66-74 Victoria Street
London SW1E 6SW
Tel: +44 (0)20 7215-4820
Fax: +44 (0)20 7215-4980
E-mail: paul.blackmore@uktradeinvest.gov.uk
Website: www.uktradeinvest.gov.uk

Import Licensing Branch (Divisão de Licenças de Importação)
Subordinada ao Departamento do Comércio e Indústria e responsável pela autorização e emissão de licenças de importação para produtos sujeitos a controle.

ILB Enquiry Point
Tel: +44 (0)1642 364333/334
Fax: +44 (0)1642 364269
enquiries.ilb@berr.gsi.gov.uk

Her Majesty's Customs and Excise (Autoridade Alfandegária Local)
HM Revenue & Customs
Crownhill Court
Tailyour Road
Plymouth
PL6 5BZ
Tel: +44 (0)845 010 9000
intenquiries@hmrc.gsi.gov.uk



Department for Environment, Food and Rural Affairs (Ministério do Meio Ambiente, Alimentação e Assuntos Rurais)
Responsável pela implementação da política agrícola, pesqueira e da indústria alimentícia, inclusive controles fitossanitários, estabelecimento de normas técnicas e padronização.

Defra Customer Contact Unit
Eastbury House
30-34 Albert Embankment
London
SE1 7TL
Tel: +44 (0)20 7238 6951
Fax: +44 (0)20 7238 2188
E-mail: helpline@defra.gsi.gov.uk
Website: <http://www.defra.gov.uk/>

Food Standards Agency Division (Divisão de Normas Técnicas)
Responsável pelo estabelecimento e controle das normas técnicas relativas a produtos alimentícios.

Food Standards Agency (Agência de Standards de Alimentação)
Aviation House
125 Kingsway
London WC2B 6NH
Tel: +44 (0)20 7276 8000
Website: www.food.gov.uk

GSP Division (Divisão do Sistema Geral de Preferências)
(Department of Business, Enterprise & Regulatory Reform - BERR)
Ashdown House
123 Victoria Street
London SW1E 6RB
Tel: +44 (0)20 7215-5000
Fax: +44 (0)20 7215-0397

d) Outros órgãos e entidades britânicas

British Standards Institution – BSI
Estabelece e controla as normas técnicas vigentes para a comercialização de produtos manufaturados no Reino Unido, exceto alimentícios.
BSI British Standards
389 Chiswick High Road
London
W4 4AL
United Kingdom
Tel: +44 (0)20 8996 9001
Fax: +44 (0)20 8996 7001
Email: cservices@bsigroup.com
Website: www.bsi-global.com

Confederation of British Industry – CBI
Principal associação das indústrias britânicas. Promove contatos na área de transferência de tecnologia, cooperação industrial e compra de insumos básicos.
Centre Point,
103 New Oxford Street
London WC1A 1DU
Tel: +44 (0)20 7395 8195.
Fax: +44 (0)20 7379 0945
Website: www.cbi.org.uk

Office of Government Commerce - OGC
Rosebery Court
St Andrew's Business Park
Norwich
Norfolk
NR7 0HS
Tel.: +44 845 000 4999
Email: ServiceDesk@ogc.gsi.gov.uk
Website: www.ogc.gov.uk



Advertising Standards Authority - ASA
Mid City Place
71 High Holborn
London
WC1V 6QT
Tel.: +44 20 7492 2222
Fax: +44 20 7242 3696
E-mail: enquiries@asa.org.uk
Website: www.asa.org.uk

The Market Research Society - MRS
15 Northburgh Street, London EC1V 0JR
Location map
Tel: +44 (0)20 7490 4911
Fax: +44 (0)20 7490 0608
E-mail: info@mrs.org.uk
Website: www.mrs.org.uk

The Manufacturers' Agents' Association - MAA
Unit 16, Thrales End
Harpenden
Herts
AL5 3NS
Tel: +44 1582 767618
Fax: +44 1582 766092
E-mail: info@thema.co.uk
Website: www.thema.co.uk

Finance & Leasing Association - FLA
15-19 Imperial House
Kingsway
London
WC2B 6UN
Tel.: +44 20 7836 6511
Fax: +44 20 7420 9600
Website: www.fla.org.uk

The Chartered Institute of Arbitrators
International Arbitration and Mediation Centre
12 Bloomsbury Square
London WC1A 2LP
Tel.: +44 (0) 20 7421 7444
Fax: +44 (0) 20 7404 4023
E-mail: info@arbitrators.org
Website: www.arbitrators.org

e) Organizações internacionais sediadas no Reino Unido das quais o Brasil é membro

The International Whaling Commission (IWC)
The Red House
135 Station Road, Impington
Cambridge CB4 9NP
Phone: 01223233971
E-mail: secretariat@iwcoffice.org
Web: <http://www.marine.gov.uk/iwc.htm>

International Lead and Zinc Study Group
1 Mill Street
London SE1 2DF
Phone: 02074843300
E-mail: root@ilzsg.org
Web: www.ilzsg.org

International Rubber Study Group
Heron House - 109-115
Wembley Hill Road
Wembley
Middlesex HA9 8DA
Phone: 02089005400
E-mail: root@ilzsg.org
Web: www.rubberstudy.com

International Sugar Organization



Reino Unido

1 Canada Square
Canary Wharf - Docklands
London E14 5AA
Phone: 02075131144
Fax: 020 7513 1146
E-mail: webmaster@isosugar.org
Web: <http://www.isosugar.org/>

International Cocoa Organization
International Cocoa Organization (ICCO)
Commonwealth House,
1-19 New Oxford Street
London WC1A 1NU
United Kingdom
Tel: +44 (0)20 7400 5050
Fax: +44 (0)20 7421 5500
E-mail: info@icco.org
Web: <http://www.icco.org/>

International Coffee Organization
International Coffee Organization
22 Berners Street
London
W1T 3DD
England
Tel: +44 (0)20 7612 0600
Fax: +44 (0)20 7612 0630
E-Mail: info@ico.org
Web: www.ico.org

International Maritime Organization
International Maritime Organization
4, Albert Embankment
London
SE1 7SR
United Kingdom
Tel +44 (0)20 7735 7611

Fax +44 (0)20 7587 3210
Email: info@imo.org
Web: www.imo.org

International Mobile Satellite Organization
IMSO
99 City Road
LONDON
EC1Y 1AX
United Kingdom
Telephone: +44 (0) 207 728 1249
Facsimile: +44 (0) 207 728 1172
E-mail: info@imso.org
Web: www.imso.org

1.2 No Brasil

a) Representação diplomática e consular britânica

Embaixada Britânica
Setor de Embaixadas Sul
Quadra 801, Lote 8
70408-900 Brasília - DF, Brazil
Telefone: (61) 3329-2300
Fax: (61) 3329-2369
E-mail: contato@reinounido.org.br
Website: www.ukinbrazil.fco.gov.uk
Horário: das 8h30 às 13h e das 14h30 às 17h30 (segunda a sexta-feira, exceto quarta-feira, quando funciona somente até as 13h)
Obs: Na embaixada funcionam os serviços comercial e consular

Consulado Geral do Reino Unido em São Paulo
British Consulate-General
Rua Ferreira de Araujo, 741 - 2 Andar
Pinheiros
05428-002



Sao Paulo-SP
Tel: (55) (11) 3094 2700
Fax: (55) (11) 3094 2717 Setor Comercial
(55) (11) 3094 2750 Geral
<http://ukinbrazil.fco.gov.uk/pt>

Consulado Geral do Reino Unido no Rio de Janeiro
British Consulate-General
Praia do Flamengo 284/2 andar
22210-030
Rio de Janeiro RJ
Tel: (55) (21) 2555 9600
Fax: (55) (21) 2555 9670
<http://ukinbrazil.fco.gov.uk/pt>

b) Órgãos oficiais brasileiros

Departamento de Promoção Comercial - DPR
Ministério das Relações Exteriores
CEP 70170-900 – Brasília/DF
Tel.: (61) 3411-8794
Fax: (61) 3411-8790
E-mail: dpr@mre.gov.br
Compete ao DPR executar a política de comércio exterior do Brasil no âmbito internacional; organizar, dirigir e implementar políticas de promoção das exportações brasileiras e de captação de investimentos estrangeiros; realizar eventos que promovam o País e sua capacidade produtiva e tecnológica; estimular atividades que incentivem o fluxo de turismo para o Brasil; e gerar informações que auxiliem o empresariado nacional a exportar seus produtos a outros mercados. Para desempenhar suas funções, o DPR conta com quatro divisões especializadas:

- Divisão de Programas de Promoção Comercial (DPG)
- Divisão de Informação Comercial (DIC)
- Divisão de Operações de Promoção Comercial (DOC)
- Divisão de Feiras e Turismo (DFT)

O Departamento conta, ainda, com a atuação dos Setores de Promoção Comercial (SECOMs), localizados em embaixadas e consulados-gerais do Brasil.

Divisão de Programas de Promoção Comercial - DPG
Ministério das Relações Exteriores
CEP 70170-900 – Brasília/DF
Tel. (061) 3411-6392
Fax (061) 3411-8967
E-mail dpg@btn.gov.br

A Divisão de Programas de Promoção Comercial (DPG) coordena os aspectos técnicos da BrazilTradeNet www.braziltradenet.gov.br, bem como a Rede de Pontos Focais do Sistema de Promoção de Investimentos e Transferência de Tecnologia para Empresas (SIPRI); cuida da cooperação em matéria de promoção comercial com entidades públicas e privadas; gerencia o treinamento e a capacitação de recursos humanos do Departamento; responde pelo planejamento, organização básica e execução financeira do DPR.

Divisão de Informação Comercial - DIC
Ministério das Relações Exteriores
CEP 70170-900 – Brasília/DF
Tel. (061) 3411-8932
Fax (061) 3441-8954
E-mail dic@mre.gov.br

A Divisão de Informação Comercial (DIC) coleta sistematicamente informações relativas a comércio exterior; elabora relatórios periódicos para a comunidade empresarial; atende a consultas de empresários brasileiros e estrangeiros sobre oportunidades de negócios; e propõe iniciativas de promoção comercial.

Divisão de Operações de Promoção Comercial - DOC
Ministério das Relações Exteriores
CEP 70170-900 – Brasília/DF
Tel. (061) 3411-8529/8531



Fax (061) 3411-6007

E-mail doc@mre.gov.br

A Divisão de Operações de Promoção Comercial (DOC) organiza missões comerciais, seminários, rodadas de negócios e eventos promocionais no Brasil e no exterior; apóia visitas e missões de importadores ao País; e apóia a organização de eventos de divulgação de interesse do empresariado brasileiro.

Divisão de Feiras e Turismo - DFT
Ministério das Relações Exteriores
CEP 70170-900 – Brasília/DF

Tel. (061) 3411-8960

Fax (061) 3411-8957

E-mail dft@mre.gov.br

A Divisão de Feiras e Turismo (DFT) promove a participação de empresas brasileiras em feiras setoriais e multissetoriais no exterior; acompanha as atividades de promoção do turismo brasileiro no exterior.

Departamento de Operações de Comércio Exterior – DECEX
Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior
CEP 70053-900 – Brasília/DF

Tel. (061) 2109-7160

Fax (061) 2109-7980

www.mdic.gov.br

Informações sobre o mercado, documentação e formalidades de embarque; emissão exclusiva de certificados de origem para o SGP (se aplicável).

2. Empresas brasileiras

Petrobras Europe Ltd
4th floor, 20 North Audley Street
London W1K 6WL

Tel: 0200 30730760

E-mail: pelsecretary@petrobras.com

Across Consultancy

69 Pennine Road

Bromsgrove, Worcestershire, B61 0TA

E-mail: iris.griffiths@btinternet.com

Web: www.across-rt.com

Tel.: 01527872735

Contato: Iris Martins Griffiths

Camargo Correa Overseas Ltd

Ground Floor, 28 Three Kings Yard

London, W1K 4JU

E-mail: albino.maia@camargocorrea.co.uk

Web: www.camargocorrea.co.uk

Tel.: 02074992565

Contato: Mr. Albino da Costa Maia

Cosmo Limited

Orland House, Park Crescent

P.O. Box 543

Peterborough PE1 4DX

E-mail: js@cosmo.uk.com

Web: www.cosmo.uk.com

Tel.: 08456340058

Contato: Mr. John Smye

Embraer

19, The Vale

Chelsea

London, SW3 6AG

E-mail: jdoyle@embraer.com

Web: www.embraer.com.br

Tel.: 02074603919

Contato: Rodney Doyle

Fazenda São João & Tartco

5 Cherry Gardens

Billericay



Essex CM12 0HA
E-mail: rogclo@tartco.demon.co.uk
Tel.: 01277651718
Contato: Mr. Roger Carpenter

Finantia Securities Ltd.
4th Floor
62 Cornhill
London EC3V 3NH
E-mail: michael.hamilton@finantia.com
Web: www.finantia.com
Tel.: 02072201600

Friboi (UK) Limited
Address: Premier House,
309 Ballards Lane North Finchley
London, N12 8LU
Web: www.ife.co.uk
Tel.: (020) 83695310
Contato: Jose Neto

Globo International (London) Ltd.
The Interchange - Oval Road 2nd Floor
Camden Town
London NW1 7DE
E-mail: globo.london@tvglobo.com.br
Web: www.redeglobo.com.br
Tel.: (020) 77530078
Contato: Ms. Jerusah Salgado

HWO Architects
1 Bastwick Street, 3rd floor
London, EC1V 3NU
E-mail: info@hwo-architects.com
Web: www.hwo-architects.com
Tel.: (020) 75660006
Contato: Rejane Salgado

IRB Brasil Resseguros S.A.
1st Floor,
25-26 Lime Street
London EC3M 7HR
Tel.: 02072833638
Contato: Mr. Graham Jackson

LCC Trans sending Ltd.
100 Dean Street
London W1D
E-mail: marciosilva@lcctransenvio.com
Web: www.lcctransenvio.com
Tel.: (020) 76369983
Contato: Mr. Luiz Fernando Gomes

Marfrig Europe
1 Preston Lodge Court
Preston Deanery
Northampton, NN7 2DS
Web: www.marfrig.com.br
E-mail: anthony@marfrig.eu
Tel.: +44 1604871155
Contato: Anthony Wellington

Maxwell Alves Solicitors
44 Gray's Inn Road,
London WC1X 8LR
United Kingdom
E-mail: london@maxwellalves.com
Tel.: +44 207 632 6950
Fax: +44 207 632 6959
Contato: Mr Alan Ma

Noronha Advogados
193-195 Brompton Road
4th Floor
London SW3 1NE



E-mail: noadlon@noronhaadvogados.com.br
Web: www.noronhaadvogados.com.br
Tel.: 02075815040
Contato: Dra.Vera Moraes Dantas

Parasol Group
Transporter House - 12 Fulton Road
Wembley HA9 0TF
E-mail: info@parasoluk.co.uk
Web: www.parasoluk.com
Tel.: 02089000004
Contato: Mr. Marcio Pereira

Perdigão UK
9 Dancastle Court
Arcadia Avenue
London, N3 2JU
Web: www.perdigao.com.br
Tel.: +44 870 060-5633

Rio Trading Co (Health) Ltd.
Rio House
2 Centenary Estate - Hughes Road
Brighton
East Sussex BN2 4AW
E-mail: info@riohealth.co.uk
Web: www.riohealth.co.uk
Tel.: 01273570987
Contato: Mr. Graham Lewis

Sadia Europa
Evesham House - Whittington Hall
Whittington Road
Worcester WR5 2SN
Web: www.sadia.com.br
Tel.: 01905 363.550
Contato: Mr. Ron van Ool

SCS Sterling Continental Services
Address: Kastrel Away
Hayes, Middlesex, UB3 1HJ
E-mail: scsukltd@aol.com
Tel.: 02087545050
Contato: Patrick W. Boulwood

South American Beef & Co. Ltd.
Address: 10 Milligan Street
London, E14 8AU
Web: www.southamericanbeef.co.uk
E-mail: adauto@southamericanbeef.co.uk
Tel.: 02077198346
Contato: Adauto da Silva

Taxi Outdoor Ltd.
10 Florence Road, South Croydon
SURREY, CR2 0PP
E-mail: eliasdossantos@taxioutdoor.co.uk
Web: www.taxioutdoor.co.uk
Tel.: 02086609934
Contato: Mr. Elias dos Santos

Tristão (UK) Ltd.
43-44 Berners Street
London W1P 3ND
E-mail: admin@tristao.co.uk
Web: www.tristao.com
Tel.: 02075806946
Contato: Mr. Ricardo Tristão

Yates International Ltd.
The Old Vicarage
32 St. Martins Road, Marple
Stockport SK6 7BY
E-mail: info@yates-international.co.uk
Web: www.tramontina.com.br



Tel.: 01614273028
Contato: Mr. Michael Yates

3. Câmara de comércio

Brazilian Chamber of Commerce in Great Britain
32 Green Street
London W1K 7AT
Web: www.brazilianchamber.org.uk
Tel.: 020 7399 9281
Fax: 020 7499 0186
Presidente: Sir Peter Heap, KCMG

4. Principais entidades de classe locais

The British Importers Association – BIA
(Associação dos Importadores Britânicos)
Fornece informações mercadológicas para exportadores estrangeiros.

Suite 8
Castle House
25 Castlereagh St
London W1H 5YR
Tel.: 020 7258 3999
Fax: 020 7724 5055
E-mail: bia-uk@hotmail.com
Web: <http://www.therightinfo.co.uk/>

Food and Drink Federation
Food and Drink Federation
6 Catherine Street
London WC2B 5JJ
Tel: 020 7836 2460
Fax: 020 7836 0580
E-mail: generalenquiries@fdf.org.uk

Web: www.fdf.org.uk

5. Principais bancos

5.1 Bancos brasileiros

Banco do Brasil S. A.
34 King Street
London EC2V 8ES
E-mail: londres@bb.com.br
Web: www.bb.com.br
Tel.: 02076067101
Gerente geral: Mr. Delcio Bladjfeder

Banco Itau Europa S.A.
17 Dominion Street, 6th Floor
London EC2M 2EF
e-mail: maria-carmo.cal@itaueuropa.pt
Web: www.itaueuropa.pt
Tel.: 02076637834
Gerente geral: Ms. Maria do Carmo Cal

Banco Votorantim
1 Cornhill
London EC3V 3ND
E-mail: joarez.piccinini@bancovotorantim.com.br
Web: www.votorantim.com
Tel.: 02077436548
Representante: Joarez Piccinini
Unibanco
International Financial Centre
London
EC2N 1HQ
Tel.: 020-7877-0120
Web: <http://www.unibanco.com.br>

5.2 Principais bancos comerciais britânicos

Lista detalhada de endereços de agências de bancos britânicos pode ser encontrada no sítio da British Bankers' Association: <http://www.bba.org.uk/bba/jsp/polopoly.jsp?d=840&a=5123>

HSBC Bank plc
Web: <http://www.hsbc.co.uk/>

Barclays PLC
Web: <http://www.barclays.com/>

Lloyds TSB Group plc
Web: <http://www.lloydstsb.com>

National Westminster Bank Plc
Web: <http://www.natwest.com/personal.ashx>

The Royal Bank of Scotland plc
Web: <http://www.rbs.co.uk/>

Co-operative Bank
Web: <http://www.co-operativebank.co.uk/>

6. Principais feiras e exposições

Para informações mais completas sobre eventual participação oficial brasileira em feiras e exposições locais, empresários interessados devem dirigir consulta à Divisão de Feiras e Turismo (DFT): Ministério das Relações Exteriores
CEP 70170-900 – Brasília/DF
Tel.: (61) 3411-8960
Fax (61) 3411-8957

Lista de feiras com participação brasileira pode ser encontrada na BrazilTradeNet www.braziltradenet.gov.br
Informações sobre feiras e exposições comerciais no Reino Unido encontra-se no sítio: <http://www.exhibitions.co.uk> (sítio

patrocinado pelo governo britânico).

7. Meios de comunicação

7.1 Principais jornais

Há cerca de 1.300 jornais diários e semanais no Reino Unido. Os principais são:

Daily Telegraph
www.telegraph.co.uk/

Financial Times
www.ft.com

Metro
www.metro.co.uk

The Guardian
www.guardian.co.uk

The Times
www.timesonline.co.uk

The Independent
www.independent.co.uk

Daily Express
www.express.co.uk

Daily Mail
www.dailymail.co.uk

The Mirror
www.mirror.co.uk



The Sun
www.thesun.co.uk

The Evening Standard
<http://www.thisislondon.co.uk/standard/>

The Observer
<http://observer.guardian.co.uk/>

The Sunday Times
www.timesonline.co.uk

7.2 Principais revistas

Publicam-se no Reino Unido mais de 7.500 periódicos e revistas regulares. A relação das publicações periódicas no Reino Unido encontra-se no:

Willing's Press Guide
Chess House,
34 Germain Street,
Chesham,
Bucks HP5 1SJ
Tel.: 0870 736 0010,
Fax: 0870 736 0011
E-mail: enquiries@willingspress.com
Web: www.willingspress.com

7.3 Principais emissoras de televisão

BBC 1
Television Centre, Wood Lane, London W12 7RJ
Tel: 020 7224 2424
Web: <http://www.bbc.co.uk/bbcone>

BBC 2
Television Centre, Wood Lane, London W12 7RJ

Tel: 020 8743 8000
Web: <http://www.bbc.co.uk/bbctwo>

BBC 3
Television Centre, Wood Lane, London W12 7RJ
Tel: 020 8743 8000
Website: <http://www.bbc.co.uk/bbcthree>

BBC 4
Television Centre, Wood Lane, London W12 7RJ
Main - Tel: 020 8743 8000
Web: <http://www.bbc.co.uk/bbcfour>

BBC News
Television Centre, Wood Lane, London W12 7RJ
Tel: 020 8743 8000
Web: <http://www.bbc.co.uk/news>

ITV 1
The London Television Centre Upper Ground, London SE1 9LT
Tel: 020 7843 8000
Web: <http://www.itv.com/itv1>

ITV 2
The London Television Centre Upper Ground, London SE1 9LT
Tel: 020 7843 8000
Web: <http://www.itv.com/itv2>

ITV 3
The London Television Centre Upper Ground, London SE1 9LT
Tel: 020 7843 8000
Web: <http://www.itv.com/itv3>

ITV4
The London Television Centre Upper Ground, London SE1 9LT
Tel: 020 7843 8000
Web: <http://www.itv.com/itv4>

Channel 4
124 Horseferry Road, London SW1P 2TX
Tel: 020 7396 4444
Web: <http://www.channel4.com>

Channel 5
22 Long Acre, London WC2E 9LY
Tel: 020 7550 5555
Web: <http://www.five.tv>

Há também os canais a cabo e transmissão via satélite, que transmitem programas especializados de notícias, shoppings, cinemas etc. A relação completa das emissoras de televisão no Reino Unido encontra-se no sítio: <http://www.mediauk.com/tv>

7.4 Principais emissoras de rádio

British Broadcasting Corporation – BBC, com 10 emissoras nacionais: Rádio 1, 1X, 2, 3, 4, 5, 6, 7, BBC radio A e BBC Nations & Local, emissoras locais operando no Reino Unido.

A relação completa das emissoras de televisão no Reino Unido encontra-se no sítio: <http://www.mediauk.com/radio/>

8. Consultoria de marketing

The Market Research Society

Associação de classe das empresas consultoras de “marketing” no Reino Unido, habilitada a informar sobre empresas locais especializadas em realizar serviços mercadológicos em geral no país.

15 Northburgh Street,
London EC1V 0JR
Tel.: +44 (0)20 7490 4911

Fax: +44 (0)20 7490 0608
E-mail: conference@mrs.org.uk
Web: www.mrs.org.uk

Os padrões industriais britânicos podem ser obtidos diretamente na:

British Standards Institution
BSI British Standards, Customer Services
389 Chiswick High Road
London
W4 4AL
United Kingdom
Tel.: +44 (0)20 8996 9001
Fax: +44 (0)20 8996 7001
E-mail: cservices@bsigroup.com
Web: <http://www.bsi-global.com/>

9. Aquisição de documentação

A relação completa dos guias comerciais (Trade Directories) pode ser encontrado na publicação Current British Directories, editado pela empresa:

CBD Research Limited
Web: <http://www.cbdresearch.com/CBD.htm>
10. Companhias de transporte para o Brasil

10.1 Marítimas

Não há escritório de companhias brasileiras marítimas no Reino Unido.

Britânicas:

Oriental Worldwide Limited
Orient Worldwide (Shipping) Ltd



Suite1, Floor 1, Phoenix House
Christopher Martin Road
Basildon
Essex
SS14 3EZ
Tel.: 01268-567731
Fax: 01268-567710
E-mail: paul.moore@orientworldwide.com

Leverswift Ltd
55 Copperfield Avenue
Hillingdon
Uxbridge
Middlesex
UB8 3NX
Tel.: 07000-422442
Fax: 01895-814492
E-mail: info@packandgo.co.uk
Web: <http://www.packandgo.co.uk/>

A Hartrodt (UK) Ltd
Unit 2
Pump Lane Industrial Estate
Pump Lane
Hayes
UB3 3NB
Tel.: 020-8848-3545
Fax: 020-8561-0940
Web: <http://www.hartrodt.com/>

Union Transport Group Plc
Imperial House
21-25 North Street
Bromley
BR1 1SJ
Tel.: 020-8290-1234
Fax: 020-8289-1592

E-mail: utg.plc@uniontransport.co.uk
Web: <http://www.uniontransport.co.uk/>

Hamburg Sud UK Branch
Furness House
Furness Quay
Salford Quays
Manchester
M5 3XA
Tel.: 0161-876-7440
Fax: 0161-869-1640
E-mail: chris.ford@man.hamburgsud.com

10.2 Aéreas

a) Brasileiras

TAM Airlines
Room 5900a
5th Floor – Terminal 4
London Heathrow Airport
Middlesex TW6 3FB
Tel.: +44 (0) 20 887 3700
Fax: +44 (0) 20 8897 1856
Web: www.tamairlines.com

b) Britânicas

British Airways PLC
Waterside,
PO Box 365,
Harmondsworth,
UB7 0GB
Tel.: +44 (0)20 8564 2111
Fax: +44 (0)20 8738 9353
Web: www.britishairways.com

II - INFORMAÇÕES PRÁTICAS

1. Moeda

Unidade monetária: libra esterlina dividida em 100 pence. Cédulas de 5, 10, 20 e 50 libras. Moedas de 1 penny, 2, 5, 10, 20 e 50 pence e 1 libra. Cotação média em novembro de 2008 - US\$ 1,56.

2. Pesos e medidas

Principais unidades britânicas	Equivalência no Sistema Métrico
Polegada (inch - in.)	2,54 centímetros
Pé (foot - ft.)	30,48 centímetros
Jarda (yard - yd.)	0,914 metros
Milha terrestre (mi.)	1,609 quilômetro
Milha náutica (naut. mi.)	1,852 quilômetro

Superfície

Polegada quadrada (sq. in.)	6.54 centímetros quadrados
Pé quadrado (sq. ft.)	0,093 metro quadrado
Jarda quadrada (sq. yd.)	0,8361 metro quadrado
Milha quadrada (sq. mi.)	2,590 quilômetros quadrados

Volume e capacidade

Polegada cúbica (cu. in.)	16,387 centímetros cúbicos
Pints (pt.)	0,568 litros
Galão (gal.)	4,546 litros
Pé cúbico (cu. ft.)	0,028 metro cúbico
Jarda cúbica (sq. yd.)	0,765 metro cúbico

Peso

Onça (ounce - oz.)	28,350 gramas
Libra (pound- lb.)	453,592 gramas
Tonelada curta (2.000 lbs.)	907,185 kg/0,907 tonelada
Tonelada longa (2.240 lbs.)	1,016,047 kg/1,016 toneladas

Consumo

Milhas por galão	0,35401 quilômetro por litro
------------------	------------------------------

3. Principais feriados

Inglaterra e País de Gales

Fixos: 1º de janeiro ("New Year's Day"); 1º de maio ("Labour Day"), que poderá ser transferido para a segunda-feira mais próxima; 25 de dezembro ("Christmas Day"); e 26 de dezembro ("Boxing Day").

Móveis: sexta-feira da Paixão e segunda-feira de Páscoa ("Good Friday" e "Easter Monday"), primeira e última segundas-feiras de maio ("Bank Holiday" e "Spring Bank Holiday") e última segunda-feira de agosto ("Late Summer Bank Holiday").

b) Escócia

Fixos: 1º de janeiro, 2 de janeiro ("New Year Holiday"); 1º de maio, 25 e 26 de dezembro (este último somente em algumas áreas)

Móveis: sexta-feira da Paixão, primeira e última segundas-feiras de maio e primeira segunda-feira de agosto ("Bank Holiday").

Edimburgo

Além dos feriados supracitados: 13 e 23 de abril, 21 e 22 de maio, 30 de junho, 14 de julho e 17 de setembro.

Glasgow

Além dos feriados normais da Escócia: 7 e 28 de maio, 14 e 28 de julho e 24 de setembro.

c) Irlanda do Norte (Ulster)

Fixos: 1º de janeiro, 17 de março ("St. Patrick's Day"), 1º de maio, 12 de julho ("Orangemen's Bank Holiday") e 25 e 26 de dezembro.

Móveis: sexta-feira da Paixão, segunda-feira de Páscoa e última segunda-feira de agosto.

4. Fusos horários

Prevalece no Reino Unido o *Greenwich Mean Time - GMT*, geralmente com uma hora a menos em relação ao continente (Europa Ocidental).

Diferença com Brasília/Rio/São Paulo:

Horário normal: 3 horas a mais.

Horário de verão: (de março a outubro): 4 horas a mais.

5. Horário comercial

Comércio e escritórios: 9h às 17h30

Bancos (para o público): 9h30 às 16h30

Serviço público: 10h às 16h

6. Corrente elétrica

240 volts, 50 ciclos

7. Períodos recomendados para viagem

Devem-se evitar viagens de negócios durante o período de férias de verão europeu (julho e agosto).

8. Visto de entrada

Não é necessário visto para estada no Reino Unido por um período máximo de 90 dias.

9. Câmbio

O câmbio em libras, euros e dólares é efetuado, sem restrições, nos bancos, agências especializadas, casas de câmbio e nos principais aeroportos do país. Outras moedas conversíveis também são aceitas.

10. Alfândega

Há restrições à introdução de produtos que excedam os limites permitidos pelo regime de *duty-free*, tais como bebidas alcoólicas, cigarros, fumo, perfumes, etc.

11. Hotéis

Para reserva de hotéis no Reino Unido consultar os seguintes websites:

www.booking.com/Hotels

www.LateRooms.com/London-Hotels

www.starstay.co.uk

www.hoteldirect.co.uk



BIBLIOGRAFIA

- BANK OF ENGLAND QUARTERLY BULLETIN, Bank of England, February 2008
- BRITAIN 2007 e BRITAIN 2008 "An Official Handbook", The Stationery Office
- DIRECTORY OF BRITISH ASSOCIATIONS, CBD Research Limited
- EXHIBITION BULLETIN, The London Bureau, August 2008
- CUSTOMS & EXCISE INTEGRATED TARIFF OF THE UNITED KINGDOM 2008, The Stationery Office
- INTERNATIONAL FINANCIAL STATISTICS, International Monetary Fund, 2008
- UNITED KINGDOM COUNTRY PROFILE 2008, Economist Intelligence Unit
- KOMPASS - PRODUCTS & SERVICES, Reed Information Services
- MONTHLY DIGEST OF STATISTICS, Office for National Statistics, Stationery Office
- OVERSEAS TRADE STATISTICS OF THE UNITED KINGDOM, MM20, The Stationery Office



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Departamento de Promoção Comercial

Divisão de Informação Comercial

Brasília, 2009

Coleção: Estudos e Documentos de Comércio Exterior

Série: Como Exportar

CEX: 166

Elaboração: Ministério das Relações Exteriores - MRE
Departamento de Promoção Comercial - DPR
Divisão de Informação Comercial - DIC
Embaixada do Brasil em Londres
Setor de Promoção Comercial - SECOM

Coordenação: Divisão de Informação Comercial

Distribuição: Divisão de Informação Comercial

Os termos e apresentação de matérias contidas na presente publicação não traduzem expressão de opinião por parte do MRE sobre o "status" jurídico de quaisquer países, territórios, cidades ou áreas geográficas e de suas fronteiras ou limites. Os termos "desenvolvidos" e "em desenvolvimento", empregados em relação a países ou áreas geográficas, não implicam tomada de posição oficial por parte do MRE.

Direitos reservados.

O DPR, que é titular exclusivo dos direitos de autor, permite sua reprodução parcial, desde que a fonte seja devidamente citada.